



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2020

Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15/87. As Demonstrações Contábeis foram submetidas à verificação independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis, assim como pessoas a ela ligadas, não prestou quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Rio Paraná Energia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para riscos e contingências passivas (Nota 15)

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a administração e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.



Rio Paraná Energia S.A.

Outros assuntos

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 25 de março de 2021, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Rio Paraná Energia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021


 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5

Document ID:
Valid Until: 2021-03-25
Signed by: RENATO COSECADAI 2020070001
CPFC: 00000000000000000000
Signature valid until: 2021-03-25
JPE
Renato Cosecadai
 Contador CRC 2SP165875/O-6

Este documento será assinado eletronicamente por meio da ferramenta DocuSign (www.docusign.com.br), nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e foi preparado na data indicada no seu final, data esta que será considerada válida para todos os efeitos e fins de direito.

Sumário

Relatório de Administração	8
Mensagem da Administração.....	8
Perfil da Companhia	10
Governança corporativa	13
Gestão de riscos e controles corporativos	14
Inovação	16
Contexto regulatório	18
Conjuntura econômica e setorial	19
Desempenho operacional.....	21
Desempenho econômico-financeiro.....	24
Mercado de capitais	29
Sustentabilidade	30
Prêmios e reconhecimentos	36
Auditores independentes.....	36
Demonstrações contábeis regulatórias	37
Balanços patrimoniais	38
Demonstrações do resultado.....	39
Demonstrações do resultado abrangente	40
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	40
Demonstrações dos fluxos de caixa	41
Demonstrações do valor adicionado	42
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.....	43
1. Informações gerais.....	43
2. Apresentação das demonstrações financeiras	46
3. Principais práticas contábeis	49
4. Gestão de riscos do negócio	50
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	53
6. Concessionárias e permissionárias	54
7. Tributos a recuperar/recolher e diferido	56
8. Depósitos judiciais	57
9. Imobilizado.....	57
10. Intangível	60
11. Fornecedores	61
12. Encargos setoriais.....	61
13. Empréstimos	63
14. Debêntures	64
15. Provisões para riscos	66
16. Dividendos a pagar	69
17. Juros sobre capital próprio a pagar	70
18. Partes relacionadas.....	70
19. Patrimônio líquido	72
20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede.....	74
21. Custos gerenciáveis – Parcela “B”	76
22. Custos e despesas de benefícios a empregados	76
23. Resultado financeiro.....	77
24. Apuração do imposto de renda e contribuição social	77
25. Lucro por ação	78
26. Instrumentos financeiros	78
27. Seguros	80
28. Compromissos	80
29. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade	81
30. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário	83
31. Eventos subsequentes	89
Membros da Administração.....	90

Mensagem da Administração

A pandemia de Covid-19 trouxe desafios inéditos à nossa sociedade e evidenciou como a energia é indispensável para garantirmos o bem-estar da população, especialmente o atendimento em hospitais e o dia a dia das pessoas em suas casas. Na Rio Paraná, mantivemos firme o nosso compromisso em fornecer energia renovável com confiabilidade, exercitando diariamente o nosso Propósito e norteando a tomada de decisão pelos nossos Valores, ambos lançados corporativamente em 2019.

Rapidamente tomamos as medidas necessárias para garantir a segurança de nossos profissionais, sem prejudicar a continuidade das operações. Os times administrativos e parte das equipes operacionais foram direcionados para o trabalho remoto. As pessoas – do quadro próprio e contratadas – que precisaram permanecer fisicamente nas usinas para as atividades de operação, manutenção, saúde e segurança e administração receberam todas as condições para fazer isso de forma segura. Cuidados especiais para o distanciamento social adequado, higienização do ambiente de trabalho e apoio emocional e psicológico foram implantados.

Reafirmando nosso compromisso com o País, seguimos o processo de modernização das nossas usinas. Um sofisticado protocolo foi adotado para garantir a continuidade das atividades, sem colocar em risco a nossa operação. Com cerca de 500 técnicos adicionais, mesmo com todos os desafios, concluímos os trabalhos da quinta unidade geradora, no qual aplicamos o aprendizado desses três primeiros anos de atividades na revisão do planejamento para as próximas fases. Trata-se do maior projeto desse tipo no país, envolvendo as 34 unidades geradoras das UHE Ilha Solteira e Jupiá, com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões até 2038.

Buscamos com afinco a meta de zero acidente nas nossas instalações e vínhamos obtendo bons resultados no Índice de Segurança Preventiva. No entanto, em novembro, registramos uma ocorrência fatal na UHE Jupiá com um trabalhador de uma empresa contratada. Algo que não podemos deixar que aconteça novamente. Por isso, iniciamos um amplo processo de investigação e revisão de nossas práticas, a fim de garantir a saúde e segurança de todos que trabalham conosco. Intensificar as inspeções de segurança, implantar supervisão em tempo integral nas atividades de risco alto ou crítico, ser mais exigente com as empresas prestadoras de serviço quanto aos padrões de segurança no trabalho, intensificar as reuniões de planejamento de atividades com foco na análise de risco e das medidas preventivas a serem adotadas são exemplos de ações que foram tomadas imediatamente. Outra melhoria nesse sentido, que já estava em andamento desde o início do ano, é a preparação da nossa Companhia para obter, em 2021, a certificação do Sistema Integrado de Gestão (SGI) em quatro normas ISO: a 9001 (qualidade), a 14001 (meio ambiente), a 45001 (segurança) e a 55001 (gestão de ativos).

O desempenho operacional dos nossos ativos foi um destaque no ano. O volume de energia gerada foi elevado em 3,5%, alcançando 21,3 mil GWh, e mantivemos elevados índices de disponibilidade. Inclusive, a superação de metas de disponibilidade reverteu-se em um acréscimo na Receita Anual de Geração equivalente a R\$ 16 milhões anuais a partir de julho de 2021, conforme parâmetros de reajuste anual previstos no contrato de concessão.

Os resultados financeiros refletem a boa performance dos ativos e a assertividade da estratégia de comercialização e sazonalização da garantia física. A receita operacional líquida alcançou R\$ 3,2 bilhões, um aumento de 3% na comparação anual, e o Ebitda totalizou R\$ 2,4 bilhões, com evolução positiva de 15,5% quando comparado ao desempenho de 2019. Impactado pela desvalorização cambial do real em relação ao dólar, o lucro líquido registrou queda de 44,2% somando R\$ 527,2 milhões.

Evoluímos também em nossa governança corporativa, iniciando um processo de registro da Rio Paraná como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, concluído em março de 2021.

Outras ações corporativas que merecem destaque, pelos impactos positivos que geraram na Rio Paraná e pela dedicação que demandaram de nossos times, foram o início de desenvolvimento de um novo sistema de gestão empresarial (Projeto ONE), o Orçamento Base Zero e o lançamento da Academia CTG. No campo da inovação, conduzimos importantes parcerias com o Senai para o combate ao novo coronavírus e iniciamos os dois projetos de pesquisa em mobilidade elétrica aprovados na Chamada de Projeto de P&D Estratégico da Aneel.

Nossas duas usinas são responsáveis por praticamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, além de possuírem um papel fundamental para o equilíbrio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Isso nos coloca uma grande responsabilidade para com o país e a população. Agradeço especialmente aos profissionais da Rio Paraná por compartilharem diariamente esse compromisso e estou seguro de que a assertividade de nossa estratégia nos permitirá ampliar ainda mais a entrega de valor do nosso negócio à sociedade.

Evandro Leite Vasconcelos

Presidente da Rio Paraná

Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Jupiá e Ilha Solteira – no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o que equivale a 2,8% da potência total instalada no Brasil.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km² de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupiá (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

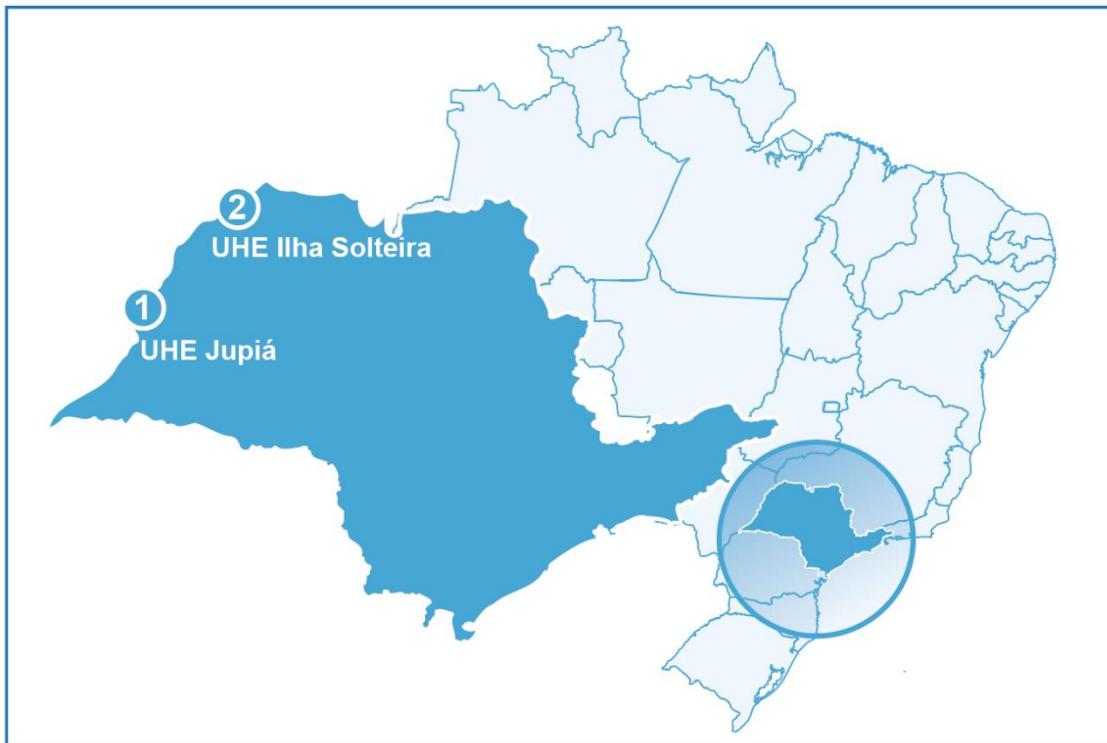
Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, estendendo sua vida útil e servindo de referência para o setor elétrico brasileiro.

A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro *driver* é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Em 2020, a Rio Paraná participou da definição, no âmbito corporativo da CTG Brasil, de um plano estratégico para esses direcionadores com o horizonte de cinco anos. Esse plano foi comunicado para toda a liderança e deve ter sua aprovação finalizada em 2021, para então ser divulgado para todo o público interno.

Mapa de operações da Rio Paraná



Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmed)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2046
UHE Jupiá*	1969	1.551,2	889,2	2046

* Desde 28/08/2020, devido à modernização das Unidades Geradoras (UGs) 02 e 06, a garantia física da UHE Jupiá foi elevada de 886,00 MWmed para 889,2 MWmed, conforme Despacho ANEEL nº 2482/2020 e Portaria MME nº 352/2020.

Diretrizes de atuação

Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito (“Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”) e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas da Rio Paraná.

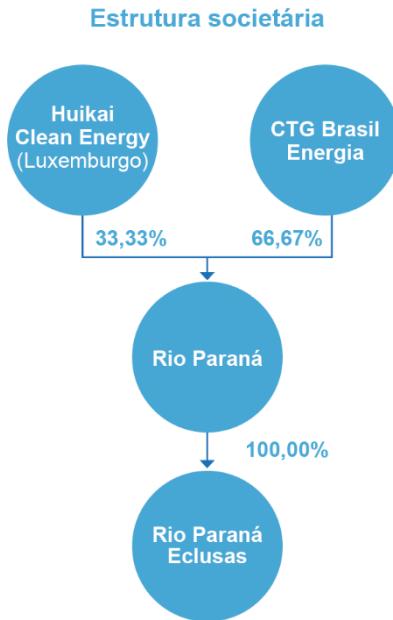
Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores e trouxeram uma abordagem inovadora em 2020, com o desenvolvimento de um *e-learning* em formato de *game*. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Em 2020, uma das contratadas para a modernização das usinas da Rio Paraná foi alvo de denúncia de assédio moral. A Companhia, ao tomar conhecimento do fato, exigiu da contratada o prosseguimento de investigações e a tomada de providências.

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital. Em 2020, a Companhia iniciou um processo de registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante credores. O processo envolveu a revisão dos instrumentos normativos e Estatuto Social, entre outros documentos. O pedido foi protocolado na CVM em outubro e concluído em março de 2021.

A Companhia observa as instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Seu Conselho de Administração é formado por sete membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Nos termos legais aplicáveis, cabe ao Conselho de Administração indicar os integrantes da Diretoria Executiva, cujo mandato é de três anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal é um órgão não permanente, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.



Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Yujun Liu	Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
Jose Renato Domingues	Membro
Hong Qin	Membro
Guozhuo Sun	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcio José Peres	Diretor de Gestão de Ativos
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor Administrativo
Cesar Teodoro	Diretor de Engenharia
Yan Yang	Diretor de Operações

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO).

Em 2020, a Companhia participou de uma revisão da matriz de riscos da CTG Brasil, em um processo colaborativo com as diversas áreas gestoras de riscos (*risk owners*) e com uma metodologia qualitativa de avaliação. Cada risco foi avaliado em uma régua de cinco níveis quanto à sua probabilidade de ocorrência e em seis categorias de impacto. A matriz resultante reúne 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

- **Risco hidrológico** | A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.
- **Riscos operacionais** | O Plano de Segurança de Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, incluindo reuniões periódicas de divulgação aos públicos locais. Em 2020 foi aprovada a Lei nº 14.066/2020, que altera a Lei 12.334/2010 de Segurança de Barragens. Ela traz, como principal mudança, algumas responsabilidades a mais para os empreendedores, como as definições de ações para implantação do PAE. A lei ainda carece de regulamentação por parte da ANEEL, que está prevista para ser realizada ao longo de 2021.
- **Riscos financeiros** | Uma parcela desses riscos é amparada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos e proteção de dados e responsabilidade cibernética. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.
- **Riscos de contraparte** | A Companhia monitora os *ratings* de crédito de clientes através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e modelos estatísticos, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.
- **Riscos de conformidade** | A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto dos seus negócios e os endereça por meio do Programa de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, *due diligence* em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de conflito de interesses, entre outros.

Ainda no último ano, a Rio Paraná participou da implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP), que deve ser concluída até junho de 2021. A nova

solução substitui os sistemas antes utilizados pela Companhia, de forma padronizada com as demais controladas da CTG Brasil. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de uma tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado, cujo custo foi compartilhado com as demais empresas da CTG Brasil.

Inovação

Na Rio Paraná, os esforços em inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionados para o alcance dos objetivos de negócio e para a solução de desafios das diversas áreas da Companhia. Nesse contexto, os recursos regulatórios de P&D são destinados conforme o Road Map Tecnológico, que define rotas e temas prioritários para atuação.

Exemplo disso é a parceria da CTG Brasil com a Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), estabelecida em 2019, com prazo de 24 meses e investimentos diretos da Rio Paraná da ordem de R\$ 3,2 milhões oriundos das verbas regulatórias de P&D. A parceria instituiu o Digital Innovation Lab, ambiente em que as diversas áreas da Companhia propõem desafios às universidades e startups que compõem o ecossistema da Acate. Um projeto já foi concluído nesse modelo – envolvendo big data e automação de processos em um sistema de identificação de perfil de consumidor –, e outros dois estão em andamento.

Outra parceria corporativa no âmbito da inovação é a firmada com o Senai em novembro de 2019, que criou o Clean Energy Innovation Hub. Com investimento previsto da CTG Brasil de R\$ 100 milhões nos próximos cinco anos, o acordo fortalecerá o ecossistema de inovação no setor elétrico nacional e o intercâmbio de tecnologia com a China.

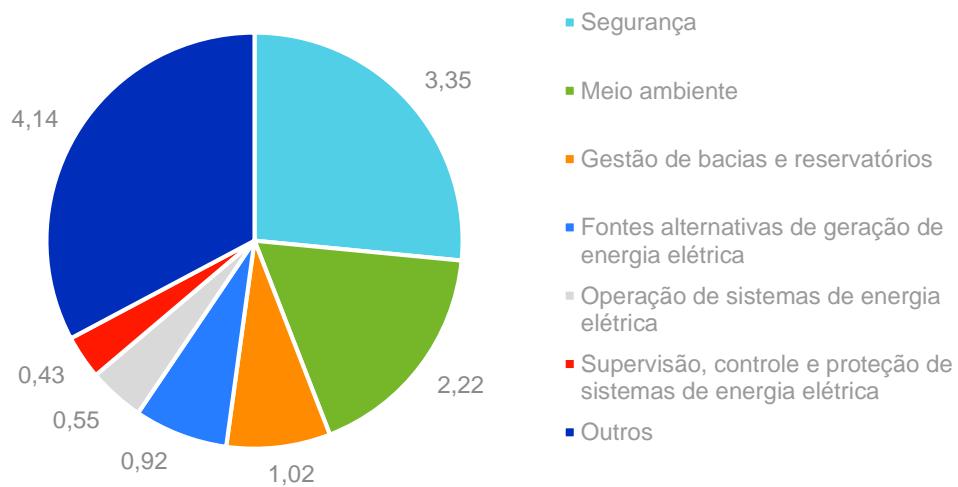
A interação com o Senai permitiu a realização de relevantes parcerias em 2020. Entre os esforços para combater o novo coronavírus, dois projetos mereceram destaque. O primeiro envolveu a produção de 18 mil litros de álcool 70° GL gel e líquido, sendo que parte da produção foi utilizada nas operações das UHEs Jupiá e Ilha Solteira e outra parcela doada a entidades do entorno. O outro abrangeu o desenvolvimento de testes rápidos de diagnóstico sorológico da doença, com investimento de R\$ 2 milhões e capacidade de produção mensal de 3 milhões de testes ao final do projeto.

Também em parceria com o Senai, e com participação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi iniciado um projeto de P&D para avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Com horizonte de dois anos, a iniciativa avaliará a performance de diferentes painéis e inversores em condições reais de aplicação no país.

No período, outro destaque foram os dois projetos viabilizados a partir da aprovação na Chamada de Projeto de P&D Estratégico da Aneel visando o “Desenvolvimento de Soluções em Mobilidade Elétrica Eficiente”. O primeiro trata-se de um piloto para implementar postos de carregamento e uma frota de veículos elétricos entre as UHEs Jupiá e Ilha Solteira, com investimento de R\$ 8,2 milhões até 2022. O segundo pretende criar uma plataforma digital de comercialização de energia elétrica para postos de recarga de veículos elétricos, com a aplicação de R\$ 6,2 milhões até 2021.

Em 2020, os recursos de P&D da Rio Paraná somaram R\$ 12,6 milhões, um aumento de 139% em relação ao período anterior. Para saber mais sobre os projetos no ano, [clique aqui](#) e acesse o Anuário de P&D da CTG Brasil.

Recursos de P&D por linha de pesquisa (R\$ milhões)



Contexto regulatório

A conclusão do Acordo GSF foi um dos principais marcos regulatórios do ano 2020, com impactos significativos sobre as operações da Rio Paraná. Sancionado pela Lei nº 14.052/2020 e regulamentado pela Resolução Normativa nº 895/2020 da Aneel, o Acordo prevê a possibilidade de as empresas geradoras serem resarcidas pelos impactos causados por riscos não hidrológicos, decorrentes de:

- restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito

Esses eventos são considerados como efeitos não hidrológicos que causaram um aprofundamento na exposição do GSF ao longo dos anos e, consequentemente, perdas financeiras às hidrelétricas. O Acordo a ser firmado prevê a quitação dos débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtenção, como contrapartida, de extensão do prazo de concessão das UHEs elegíveis.

Os efeitos para a Rio Paraná não foram considerados em 2020, pois em um primeiro momento as usinas cotistas não haviam sido consideradas pela Aneel na repactuação. Apesar de a Aneel ter revisto esse posicionamento e considerado a parcela livre das usinas cotistas na Resolução Normativa nº 895/2020, a Rio Paraná não teve parâmetros para calcular previamente a estimativa dos valores de ressarcimento para a Companhia. Neste momento, a Rio Paraná aguarda a publicação e a homologação dos valores oficiais pela CCEE e pela Aneel, o que deve ocorrer até o início de abril.

Outras deliberações no âmbito legislativo nacional que visam a modernização do setor elétrico brasileiro, como o PL 232/2016 e o PL 1.917/2015, pouco avançaram no ano. Devido à pandemia da Covid-19, as pautas perderam urgência de votação, mas seguem em discussão no Senado e na Câmara e são de alta relevância para o contínuo aprimoramento do setor. A Rio Paraná acompanha a evolução dessas discussões.

Ao longo do ano, a implantação da primeira fase do PLD horário ocorreu conforme previsto e com engajamento dos diversos atores do setor elétrico. Desde janeiro, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou o Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo (Dessem) na programação de operação. A segunda fase iniciará em janeiro de 2021, quando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) vai adotar o Dessem no cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na contabilização e na liquidação do Mercado de Curto Prazo.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 impactou severamente a atividade econômica e, por sua vez, o setor elétrico do país em 2020. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou retração de 4,1% no período. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 2,0% - mais baixo patamar histórico – e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 4,52%, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) foi de 23,14%.

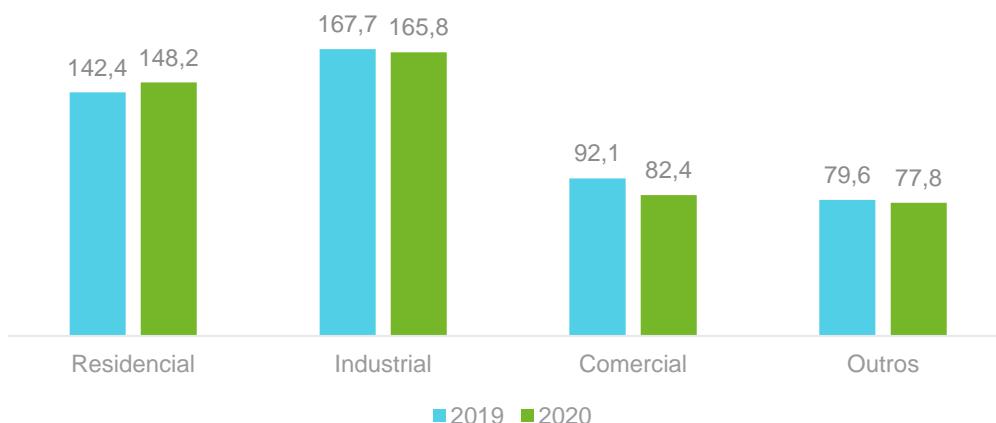
A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados, sendo que a cotação da moeda estrangeira passou de R\$ 4,03 no início do ano para R\$ 5,20 no fim de 2020. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por causa da dívida com partes relacionadas (intragrupro) em dólar, por isso o câmbio é continuamente monitorado.

Indicadores macroeconômicos

%	2020	2019
IGP-M	23,14%	7,31%
IPCA	4,52%	4,31%
Taxa de câmbio (USD)	5,1967	4,0307
Taxa Selic	2,00%	4,50%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 474 mil GWh em 2020, uma diminuição de 1,6% em relação ao ano anterior. Apenas a classe de consumo residencial registrou crescimento, de 4,1%, principalmente devido às medidas de distanciamento social. Entre os setores produtivos, o mais atingido foi o comércio (queda de 10,5%), e a indústria registrou redução de 1,1%). Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que compram sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 8 mil consumidores, um aumento de 22% em relação a 2019.

Consumo de energia elétrica no Brasil por classe em 2020 (mil GWh)



As usinas hidrelétricas, responsáveis por 65,8% da capacidade instalada de geração do Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

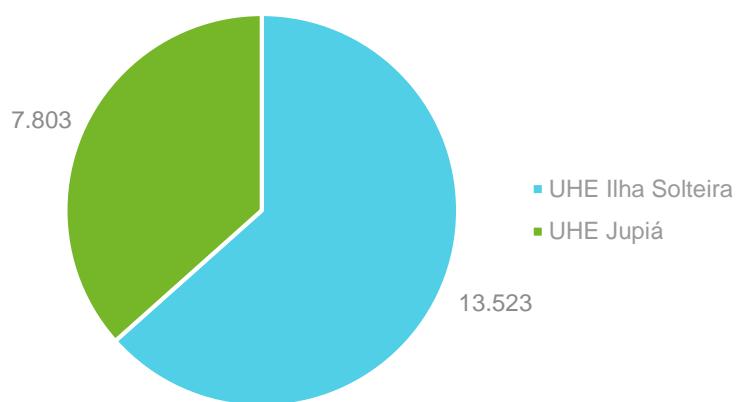
As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2019, essas usinas foram responsáveis pela geração de 75% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN).



Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 21.325,5 GWh em 2020, um aumento de 3,5% na comparação anual devido à maior necessidade de exploração desses recursos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para atendimento à carga do Sistema Interligado Nacional (SIN). A disponibilidade do parque gerador foi de 93,51%, sendo que todas as usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor. O bom desempenho em disponibilidade das UHEs Ilha Solteira e Jupiá permitiu um acréscimo na Receita Anual de Geração equivalente a R\$ 16 milhões anuais, conforme parâmetros de reajuste anual previstos no contrato de concessão.

Produção de energia em 2020 (GWh)



Produção de energia

GWh	2020	2019	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	13.522,5	13.033,3	+ 3,8
UHE Jupiá	7.803,0	7.575,7	+ 3,0
Total	21.325,5	20.609,0	+ 3,5

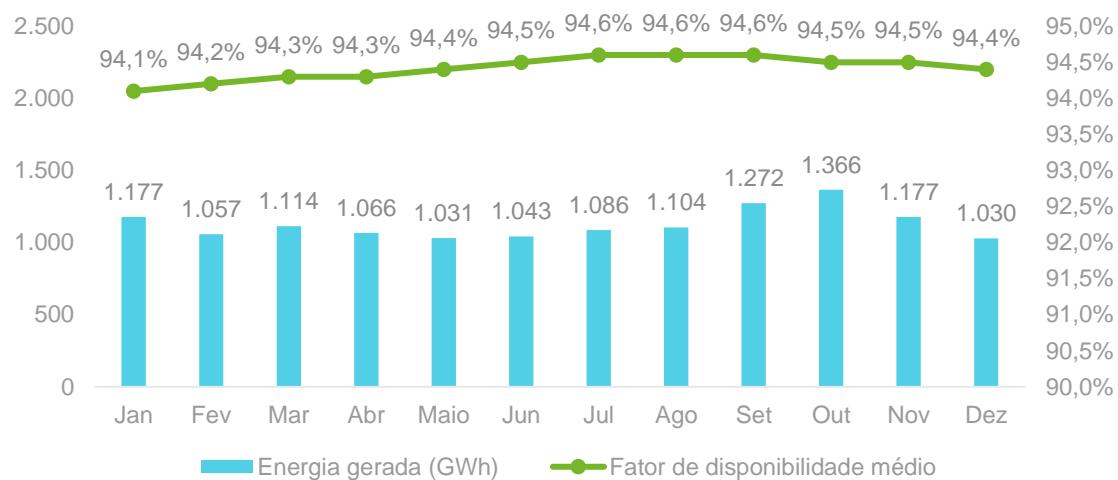
Índice de disponibilidade*

%	2020	2019	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	94,44%	93,88%	89,58%
UHE Jupiá	91,44%	92,31%	89,58%
Consolidado	93,51%	93,40%	89,58%

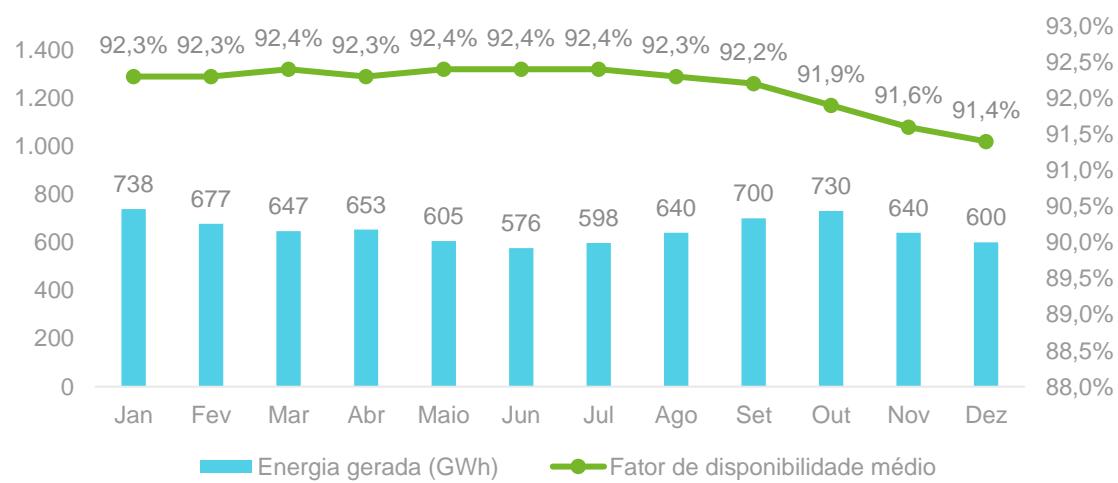
*O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIFa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses

imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: ID = (1-TEIP)*(1-TEIFa). Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

UHE Ilha Solteira Produção de energia X Fator de disponibilidade



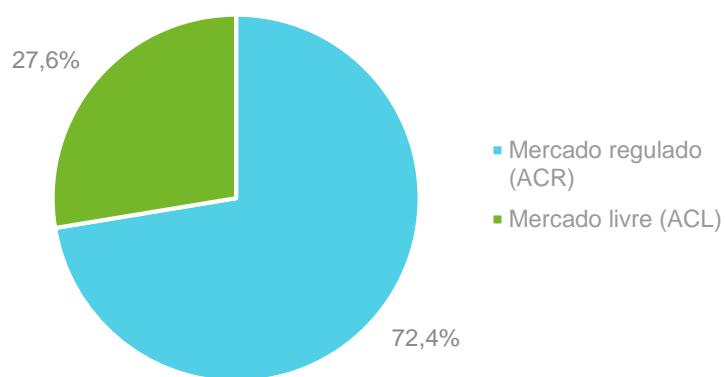
UHE Jupiá Produção de energia X Fator de disponibilidade



As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e contribuíram para os resultados obtidos no ano. No início de 2020, operações bem-sucedidas permitiram a constituição de um saldo positivo, que compensou os impactos negativos dos meses subsequentes, decorrentes da pandemia de Covid-19 e do cenário hidrológico no quatro trimestre do ano. A partir de agosto, a retomada paulatina da atividade econômica voltou a elevar a demanda por energia.

A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 20.011 GWh de energia no ano, sendo 72,4% direcionados ao mercado regulado e 27,6% ao mercado livre. No mercado regulado, o pacote de medidas do governo federal em apoio às distribuidoras para enfrentar os impactos da pandemia contribuiu para a manutenção dos contratos. No mercado livre, um pacote de condições de prazo e taxas para renegociação de contratos foi oferecido a todos os clientes que demonstraram interesse em rever as condições de compra de energia. Com essa medida, a Rio Paraná registrou 100% de adimplência ao longo do ano.

Energia vendida em 2020



Desempenho econômico-financeiro

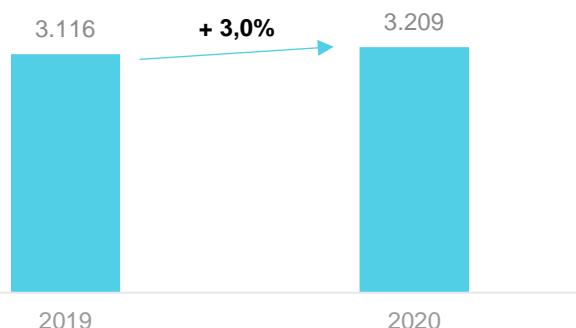
Principais indicadores

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.721.336	3.608.332	+ 3,1
(-) Deduções à receita operacional	(512.754)	(492.428)	+ 4,1
Resultado operacional líquido	3.208.582	3.115.904	+ 3,0
(-) Custos e despesas operacionais	(1.279.081)	(1.504.364)	- 15,0
Resultado da atividade	1.929.501	1.611.540	+ 19,7
Ebitda	2.409.122	2.085.565	+ 15,5
Margem Ebitda (%)	75,1%	66,9%	+ 8,2 p.p.
Resultado de participações societárias	(433)	(628)	- 31,1
Resultado financeiro	(1.335.479)	(498.018)	+ 168,2
Resultado antes de impostos	593.589	1.112.894	- 46,7
Lucro líquido do exercício	527.196	944.303	- 44,2
Margem líquida (%)	16,4%	30,3%	- 13,9 p.p.
Ações			
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.014.326	7.014.326	-
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em R\$	0,07516	0,13463	- 44,2

Receita

A Companhia apresentou aumento de R\$ 92,7 milhões, ou 3,0%, na receita operacional líquida. Nas receitas operacionais, destaca-se uma elevação da receita proveniente do mercado regulado (ACR), em virtude do reajuste anual das receitas de quotas e de um aumento extra de 3,05% a partir de julho de 2020 previsto no contrato de concessão, conforme resolução da ANEEL nº 541/2013, em virtude do bom desempenho de disponibilidade das usinas. Além disso, houve um desempenho positivo com receitas adicionais no mercado de curto prazo (MCP).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



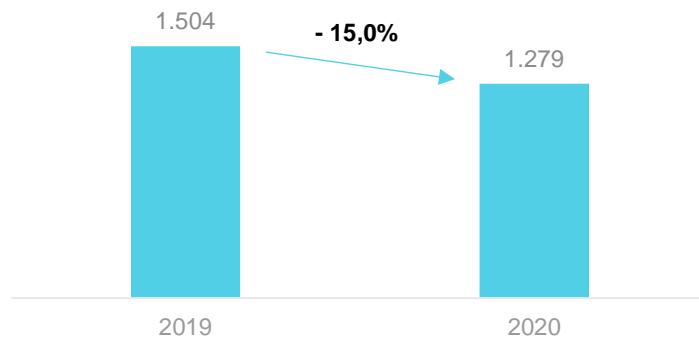
Custos e despesas operacionais

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Energia comprada para revenda	136.743	394.040	- 65,3
Depreciação e amortização	479.621	474.025	1,2
Encargos de uso da rede elétrica	438.686	415.746	5,5
Pessoal e administradores	82.601	84.080	- 1,8
Serviços de terceiros	105.903	99.114	6,8
Seguros	7.980	8.318	- 4,1
Material	12.541	12.515	0,2
Aluguéis	2.831	2.464	14,9
Outros	12.175	14.072	- 13,5
	1.279.081	1.504.364	- 15,0

As despesas operacionais apresentaram, em 2020, uma redução de R\$ 225,3 milhões, ou 15,0%, comparativamente ao ano de 2019. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada | Redução de R\$ 257,3 milhões, ou 65,3%, em virtude de uma melhor estratégia comercial e de sazonalização da garantia física;
- Encargos de uso da rede elétrica | Elevação de R\$ 22,9 milhões, ou 5,5%, em decorrência, principalmente dos encargos de Transmissão (TUST), cujas tarifas são atualizadas anualmente por índices acima da inflação.

**Custos e despesas operacionais
(R\$ milhões)**



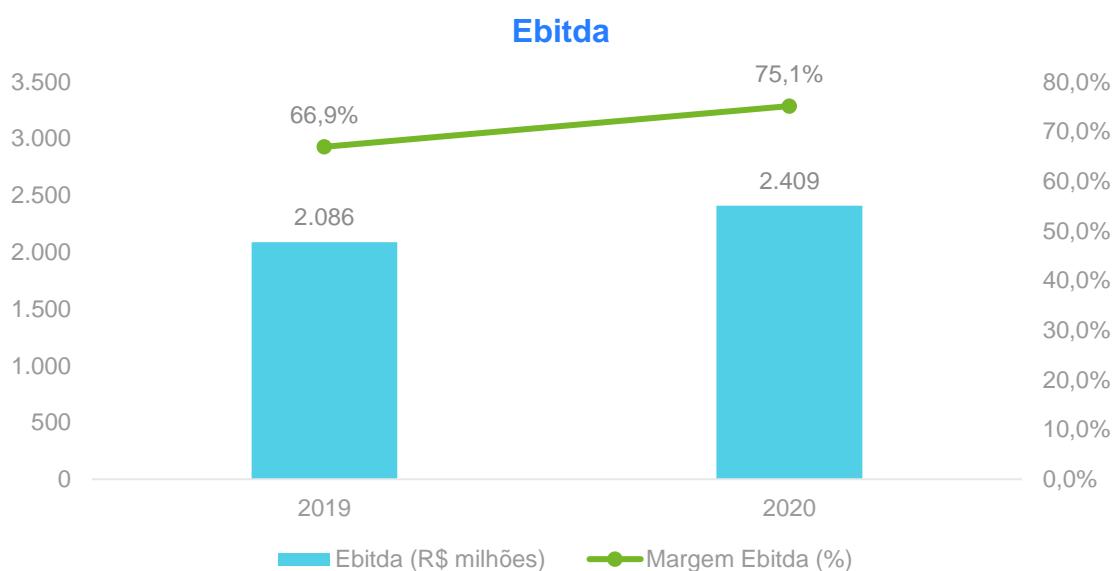
Ebitda e margem Ebitda

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Lucro líquido do exercício	527.196	944.303	- 44,2
Despesas com impostos sobre os lucros	66.393	168.591	- 60,6
Resultado de participações societárias	433	628	- 31,1
Resultado financeiro (líquido)	1.335.479	498.018	168,2
Depreciação e amortização	479.621	474.025	1,2
Ebitda	2.409.122	2.085.565	15,5
Margem Ebitda (%)	75,1%	66,9%	8,2 p.p.

O Ebtida, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebtida fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebtida não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou um aumento de R\$ 323,6milhões, equivalente a 15,5%, em relação ao desempenho do ano de 2019. Esse desempenho positivo deu-se basicamente pela elevação na receita operacional líquida e pela redução nos custos de compra de energia devido à melhor estratégia de comercialização dos contratos e da garantia física das usinas.



Resultado financeiro

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Receitas	707.671	767.205	- 7,8
Despesas	(2.043.150)	(1.265.223)	61,5
Resultado financeiro líquido	(1.335.479)	(498.018)	168,2

O resultado financeiro líquido apresentado em 2020 foi negativo em R\$ 1.335,5 milhões, representando uma piora de 168,2% ou R\$ 837,5 milhões, comparativamente ao ano de 2019.

Acerca dessa variação negativa, vale destacar:

- Aumento de R\$ 886,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo. Essa piora foi causada pela desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2020;
- Aumento de R\$ 81,4 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo;
- Redução de R\$ 182,4 milhões nas despesas financeiras de juros relativos ao empréstimo mantido pela Companhia com o Banco Mitsubishi em razão da queda do CDI no exercício;
- Queda de R\$ 43,7 milhões nas receitas financeiras de aplicação financeira do caixa da Companhia em virtude de queda do CDI no exercício.

Endividamento

R\$ mil (exceto quando indicado)	2020	2019	Variação (%)
Debêntures	500.057	487.476	2,6
Longo prazo	500.057	487.476	2,6
Empréstimos	2.025.562	2.701.631	- 25,0
Curto prazo	675.562	676.631	- 0,2
Longo prazo	1.350.000	2.025.000	- 33,3
Partes relacionadas	3.625.933	3.605.579	0,6
Curto prazo	621.592	809.281	- 23,2
Longo prazo	3.004.342	2.796.298	7,4
Caixa e equivalentes de caixa	(167.446)	(1.133.627)	- 85,2
Dívida líquida	5.984.106	5.661.059	5,7

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa. No ano de 2020, a dívida líquida apresentou um aumento de 5,7% em comparação com a posição final do ano de 2019. Esse aumento deu-se basicamente pelo efeito da variação cambial incidente sobre o empréstimo mantido em dólares pela Companhia com a CTG Luxemburgo e, também, pela menor posição final de caixa no final de 2020 em razão dos pagamentos de dividendos efetuados pela Companhia aos acionistas.

R\$ mil (exceto quando indicado)	Remuneração	Vencimento	2020	2019	Variação (%)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.625.934	3.605.579	0,6
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	2.025.562	2.701.631	- 25,0
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	239.476	239.337	0,1
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	260.581	248.139	5,0
			6.151.533	6.794.686	- 9,5

Lucro líquido

A Rio Paraná apresentou um lucro líquido de R\$ 527,2 milhões, representando uma redução de 44,2% em comparação com o desempenho apresentado no mesmo período do ano anterior. Acerca desse desempenho, vale ressaltar que, apesar de todos os desafios enfrentados em um ano totalmente atípico, o desempenho operacional representado pelo Ebitda apresentou crescimento de 15,5%, com destaque para a bem-sucedida estratégia de comercialização e sazonalização implementada. O impacto negativo no resultado financeiro deu-se basicamente em virtude da alta volatilidade dos indicadores financeiros, com amplo destaque para a desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$), que penalizou o resultado da Companhia.



Mercado de capitais

A Rio Paraná apura e distribui dividendos e juros sobre o capital (JCP) a seus acionistas anualmente, conforme previsto no Estatuto Social e mediante aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Existe também a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários, desde que o montante total de remuneração aos acionistas no semestre não exceda as reservas de capital. Os valores são apurados conforme as demonstrações societárias da Companhia.

Sustentabilidade

A visão de sustentabilidade da Rio Paraná é norteada pela Política de Sustentabilidade da CTG Brasil, que definiu em 2017 seis pilares de atuação, e pela matriz de materialidade corporativa, elaborada em 2019. O modelo de negócio da Companhia tem uma conexão mais intrínseca com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7, 8 e 15. Por isso, o foco de atuação é direcionado às contribuições para esses ODS, incluindo a perspectiva de, até 2022, definir metas de sustentabilidade que evidenciem essa geração de valor.

Em 2020, a Companhia envolveu-se em um programa corporativo de Educação para a Sustentabilidade, o “Pense Responsável”, envolvendo o engajamento da liderança em encontros e palestras, além de ações de educomunicação para todo o quadro de colaboradores. Entre as iniciativas mais amplas do programa, destacaram-se a criação de uma trilha de aprendizagem de sustentabilidade e a realização do CTG Expert, encontro on-line para falar de sustentabilidade com os profissionais.

Em 2021, a Rio Paraná pretende obter a certificação das usinas de seu portfólio nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Esses esforços são importantes pois contribuem para o alinhamento da gestão às melhores práticas de mercado e garantem o gerenciamento adequado dos riscos e mecanismos de controle associados a esses temas.

ODS prioritários para a Rio Paraná



Principais indicadores de sustentabilidade

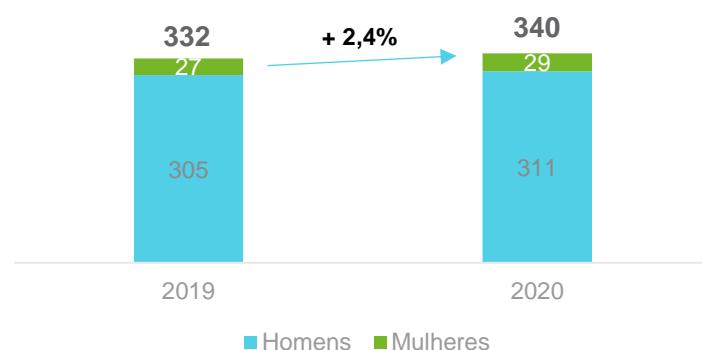
	2020	2019	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R\$ mil)	10.169	5.674	79,2
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO ₂ e)	515,8	1.187,0	- 0,6
Área reflorestada (hectares)	95	100	- 5,0
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	340	332	2,4
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	0,00	0,00	-
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	4,35	3,30	31,8
Investimento social (R\$ milhões)	9.161	7.851	16,7
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	5	3	66,7
Manifestações recebidas no Linha Ética*	64	54	18,5

*Relatos recebidos pela CTG Brasil

Pessoas

No encerramento de 2020, a Rio Paraná contava com 340 colaboradores (91,5% homens e 8,5% mulheres), além de 128 terceiros e 1 estagiário. Esse quadro funcional é 2% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 8,3%.

Quadro funcional



Como forma de reforçar um dos valores da Companhia, “Pessoas são a nossa energia”, uma das iniciativas corporativas lançadas em 2020 foi a Academia CTG Brasil, que beneficiou a Rio Paraná. Trata-se de um ecossistema de aprendizagem envolvendo todos os profissionais e que é composto por iniciativas presenciais e on-line. Em razão da pandemia, houve destaque para a Academia Digital, uma plataforma de educação continuada para Aprendizagem Autônoma e Digital. Disponível para 100% do público interno, é composta por 86 trilhas de conhecimento construídas em 2020, além de artigos, podcasts, vídeos e livros.

O Leadership Development Program (LDP), iniciativa integrante da Academia CTG voltada para toda a liderança, endereçou reais necessidades do negócio e trabalhou temas como Gestão de Pessoas/Liderança e Visão de Mercado/Negócios. O engajamento desse público no LDP ocorreu por meio sessões de aquecimento sobre esses assuntos, uma vez que os módulos presenciais foram postergados para 2021.

A fim de gerar um ambiente de segurança psicológica, a CTG Brasil aderiu, em abril, ao movimento “Não Demita”, em que se comprometeu em manter os empregos de seus profissionais, abrangendo inclusive a Rio Paraná. Adicionalmente, foram contratados novos integrantes para o time, reforçando o compromisso com a sociedade. Foram implantadas, ainda, iniciativas de *mindfulness*, yoga e palestras sobre saúde em todos os aspectos, com o objetivo de trabalhar a questão da saúde emocional dos nossos colaboradores, principalmente nesse cenário de pandemia, e reforçando a importância de garantir o equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

Todos que podiam exercer suas atividades de forma remota, sem impactar a geração de energia, passaram a trabalhar nesse formato desde o início da pandemia. Para as funções cuja atuação presencial era imprescindível, dada a natureza do negócio como atividade essencial, todas as medidas de precaução foram tomadas. As instalações das usinas da Rio Paraná contaram com rígidos procedimentos de higienização, protocolos para o

distanciamento social e disponibilização de equipamentos para a proteção individual, como máscaras e álcool em gel. As equipes que ficaram isoladas, hospedadas em pousadas ou alojamentos dentro das usinas e trabalhando em sistema de rodízio, puderam contar com um trabalho especializado de apoio psicoemocional e um bônus de reconhecimento. Elas tiveram um monitoramento muito próximo da gestão, além de serem submetidas periodicamente a testes sorológicos para identificação da doença. Na Rio Paraná, 56 profissionais foram envolvidos nesse modelo de trabalho.

No período, 12 profissionais tiveram diagnóstico positivo para a Covid-19, sendo encaminhados para tratamento. Não foram registrados óbitos de profissionais da Companhia decorrentes da doença.

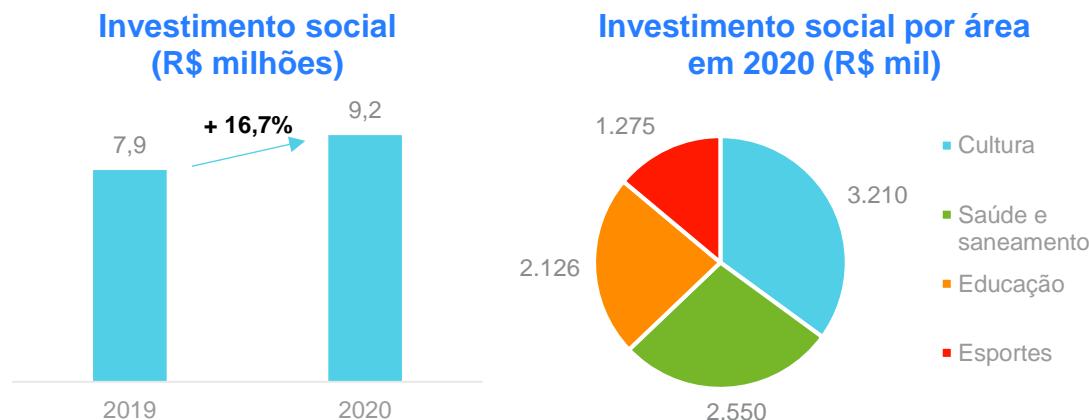
O compromisso com a saúde e segurança dos trabalhadores não se restringiu às medidas relacionadas à pandemia. Desde 2018, a Companhia monitora mensalmente as condições de segurança das instalações por meio do Índice de Segurança Preventiva (ISP), além de contar com um conjunto de treinamentos e divulgações do tema para seus profissionais, comitês de gestão de saúde e segurança e requisitos aplicáveis às contratadas.

Em 2020, assim como no ano anterior, a Companhia não registrou acidentes com os profissionais e comunidades no entorno das usinas. Entretanto, houve oito acidentes envolvendo contratados, sendo um deles, em novembro, uma ocorrência fatal na UHE Jupiá, da Rio Paraná. Todo o auxílio necessário foi fornecido pela Companhia, que investigou as causas-raiz do acidente e alterou o procedimento operacional, em conjunto com a contratada, para que esse tipo de situação não se repita. Além disso, foi estruturado um grupo de trabalho para, de forma abrangente e proativa, avaliar e identificar oportunidades no sistema de gestão de segurança, estruturando um robusto plano de ação de melhorias.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada, conforme diretrizes da CTG Brasil, para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

Ainda no último ano, a realização pela CTG Brasil do primeiro Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local, conferiu maior democratização e transparência à seleção de projeto para apoio via leis de incentivo, inclusive os investimentos sociais da Rio Paraná. Além disso, o processo fortaleceu o alinhamento das iniciativas apoiadas à visão corporativa de desenvolvimento local, com foco na promoção de um legado para as localidades de atuação. O Edital registrou 278 inscrições, das quais 21 foram aprovadas. Os recursos da Rio Paraná abrangeram 15 dessas iniciativas aprovadas e foram direcionados ainda em dezembro de 2020, somando R\$ 9,2 milhões e representando 100% do investimento social total da Companhia no ano.



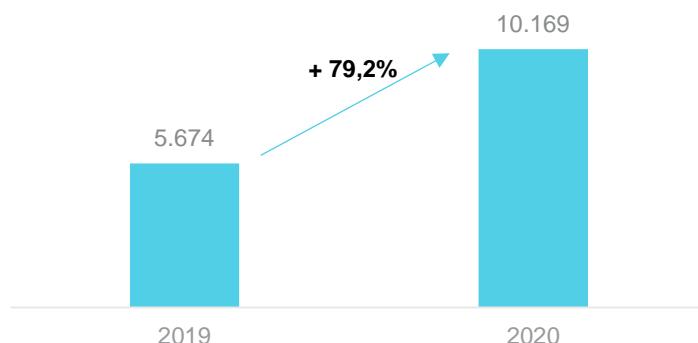
Outro destaque de 2020 foi o início de um projeto de P&D direcionado à promoção do turismo sustentável. A iniciativa envolveu o mapeamento de tendências de inovação social no tema e um desafio lançado publicamente pela CTG Brasil para a identificação de propostas transformadoras de desenvolvimento e gestão do turismo sustentável. Das quase 200 propostas inscritas, 3 foram vencedoras e receberão R\$ 100 mil cada, além de passarem por um processo de aceleração e mentoria ao longo de 2021.

Em relação às ações para combater a pandemia de Covid-19, a CTG Brasil enviou, em março, 50 mil macacões de proteção química e biológica para a China e intermediou, em junho, a doação da CTG Corporation de equipamentos hospitalares ao governo estadual de São Paulo, no valor total de R\$ 7,5 milhões (€ 1,3 milhão). A contribuição para evitar a disseminação do novo coronavírus também envolveu projetos de P&D em parceria com o Senai (saiba mais na página 9).

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira holística e sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2020, a Companhia investiu R\$ 10,2 milhões em iniciativas nesse âmbito, um aumento de 79% em relação a 2019. Uma das frentes de atuação nesse escopo foi a adoção de práticas que sistematizam a prevenção de impactos ambientais gerados nas operações, como resíduos e vazamentos. Em 2021, as usinas contarão com um modelo de inspeções ambientais, similar ao que já é adotado no contexto de saúde e segurança.

Investimentos ambientais (R\$ mil)



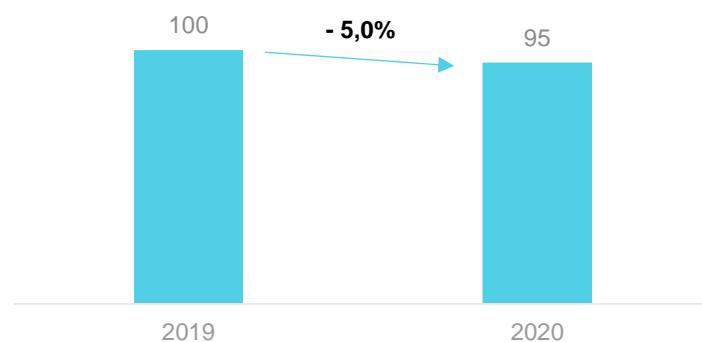
No último período, a Rio Paraná publicou pela primeira vez o inventário de gases de efeito estufa (GEE), consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 516 toneladas de CO₂ equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2019 – foram compensadas por meio da compra de créditos de carbono.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná

tCO ₂ e	2020 (ano-base 2019)	2019 (ano-base 2018)
Escopo 1	467,1	925,2
Escopo 2	48,7	261,7
Escopo 3	906,7	1.183,0

No entorno das usinas merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 2,1 milhões de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios. Em 2020, a Companhia promoveu o plantio de 158 mil mudas em uma área de 95 hectares, o equivalente a 68 campos de futebol. Em relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação de fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga atualmente 420 animais.

Área reflorestada (hectares)



Em relação à gestão das bordas dos reservatórios, com o intuito de monitorar todas as suas áreas sob concessão com agilidade, precisão e gestão eficiente de custos, a Companhia consolidou, em 2020, seu sistema de monitoramento por imagens de satélite para detecção de novas ocupações em todas suas usinas hidrelétricas. Além da realização do 2º Ciclo de Monitoramento em 2020, foi iniciado também o 3º Ciclo de Monitoramento, de forma a serem realizados dois ciclos por ano a partir de 2021.

Outro destaque do período foi a premiação do projeto de P&D Monitoramento Espacial de Macrófitas, que usa imagens de satélite e dados ambientais e hidrológicos para mapear a localização e monitorar o deslocamento dessas plantas no reservatório da UHE Jupiá, servindo como ferramenta de planejamento prévio para a operação da usina. O projeto teve seu principal produto, o Sistema de Monitoramento de Macrófitas (SMM) selecionado como vencedor da categoria Produto e Solução Inovadora pela International Innovation Awards (IIA – 2020) pela Enterprise Asia, plataforma que reconhece soluções notáveis e incentiva as organizações a continuar investindo em inovação.

Prêmios e reconhecimentos

Valor 1000 | A CTG Brasil, acionista controladora da Rio Paraná, ocupou a 140^a posição no ranking do jornal Valor Econômico, que avalia indicadores financeiros, como receita líquida e lucro líquido.

International Innovation Awards 2020 | O projeto de P&D de desenvolvimento de sistema de monitoramento de macrófitas por meio de geotecnologias foi vencedor da categoria Produto e Solução Inovadora.

Auditores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que podem ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	167.446	1.133.627
Concessionárias e permissionárias	6	482.974	373.011
Tributos a recuperar	7	4.618	1.016
Despesas antecipadas		6.099	6.193
Serviços em curso		17.896	6.950
Outros créditos		9.784	1.134
Total do ativo circulante		688.817	1.521.931
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	6	-	124
Despesas antecipadas		781	649
Impostos diferidos	7	279.002	55.788
Depósitos Judiciais	8	477.820	466.070
		757.603	522.631
Imobilizado	9	1.122.902	876.713
Intangível	10	11.505.591	11.965.388
Total do ativo não circulante		13.386.096	13.364.732
Total do ativo		14.074.913	14.886.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	11	82.132	126.541
Partes relacionadas	18	628.168	816.255
Encargos setoriais	12	45.325	29.949
Empréstimos	13	675.562	676.631
Salários, provisões e contribuições sociais		19.740	18.228
Juros sobre o capital próprio - JSCP	17	569.950	606.721
Dividendos	16	-	210.082
Tributos a recolher	7	212.983	213.898
Provisões para riscos	15	816	690
Outras obrigações		935	480
Total do passivo circulante		2.235.611	2.699.475
Não circulante			
Encargos setoriais	12	44.020	42.663
Empréstimos	13	1.350.000	2.025.000
Debêntures	14	500.057	487.476
Partes relacionadas	18	3.004.342	2.796.298
Provisões para riscos	15	156.438	152.376
Total do passivo não circulante		5.054.857	5.503.813
Total do passivo		7.290.468	8.203.288
Patrimônio líquido	19		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva Legal		327.022	270.254
Prejuizos acumulados		(191.594)	(235.896)
Total do patrimônio líquido		6.784.445	6.683.375
Total do passivo e patrimônio líquido		14.074.913	14.886.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	20	3.721.336	3.608.332
Receita		3.721.336	3.608.332
Tributos			
Pis-Pasep		(61.332)	(59.216)
Cofins		(282.498)	(272.753)
ICMS		(4.251)	(10.092)
		(348.081)	(342.061)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(32.086)	(31.109)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(118.792)	(111.506)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(13.795)	(7.752)
		(164.673)	(150.367)
Receita operacional líquida		3.208.582	3.115.904
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia comprada para revenda	20	(136.743)	(394.030)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	20	(438.686)	(415.746)
		(575.429)	(809.776)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.633.153	2.306.128
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	21		
Pessoal e administradores	22	(82.601)	(84.080)
Material		(12.541)	(12.515)
Serviços de terceiros		(105.903)	(99.114)
Depreciação e amortização		(479.621)	(474.025)
Seguros		(7.980)	(8.318)
Alugueis		(2.831)	(2.464)
Outros		(12.175)	(14.072)
		(703.652)	(694.588)
Resultado da atividade		1.929.501	1.611.540
Equivalência patrimonial		(433)	(628)
Resultado financeiro	23		
Receitas		707.671	767.205
Despesas		(2.043.150)	(1.265.223)
		(1.335.479)	(498.018)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		593.589	1.112.894
Despesas com impostos sobre os lucros	24	(66.393)	(168.591)
Lucro líquido do exercício		527.196	944.303
Atribuível a			
Acionistas controladores		351.482	629.567
Acionistas não controladores		175.714	314.736
		527.196	944.303
Quantidade de ações (lotes de mil)			
Acionistas controladores		4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores		2.338.109	2.338.109
		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	25		
Acionistas controladores		0,07516	0,13463
Acionistas não controladores		0,07516	0,13463

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	527.196	944.303
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	527.196	944.303
Atribuível a		
Acionistas controladores	351.482	629.567
Acionistas não controladores	175.714	314.736
	527.196	944.303

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido
			Proventos Excedentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	(235.896)	-	6.683.375
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	527.196	527.196
Baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(46.126)	-	(46.126)
Destinação do lucro líquido do exercício					
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(380.000)	(380.000)
Transferência entre reservas	-	56.768	-	(56.768)	-
	-	56.768	-	(436.768)	(380.000)
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	90.428	(90.428)	-
Em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	(191.594)	-	6.784.445

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido
			Proventos Excedentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2018	6.649.017	187.301	-	-	6.836.318
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	944.303	944.303
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos	-	-	-	(630.246)	(630.246)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(467.000)	(467.000)
Transferência entre reservas	-	82.953	(235.896)	152.943	-
	-	82.953	(235.896)	(944.303)	(1.097.246)
Em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	(235.896)	-	6.683.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		593.589	1.112.894
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		479.621	474.025
Apropriação de juros sobre empréstimo	13.4	77.724	260.098
Equivalência patrimonial		433	628
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	18.4.1	265.049	183.911
Variação monetária sobre provisão para riscos	15.1.2	4.405	-
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(11.738)	(24.566)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	18.4.1	1.027.438	140.351
Provisão para riscos	15.1.2	169	6.376
Baixas no ativo imobilizado e intangível		37.826	1.627
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		(109.839)	(29.055)
Tributos a recuperar		(329.942)	1.603
Despesas antecipadas		(38)	1.524
Serviços em curso		(10.946)	(4.362)
Outros créditos		(11.021)	209.217
Variação nos passivos			
Fornecedores		(44.409)	44.518
Encargos setoriais		16.733	14.325
Salários, provisões e contribuições sociais		1.512	326
Impostos taxas e contribuições		161.749	(91.300)
Provisões para riscos		(386)	(5.393)
Capitalização de juros sobre debêntures		37.510	42.712
Outras obrigações		22	-
Caixa gerado pelas operações		2.185.461	2.339.459
Pagamento de juros sobre empréstimos	13.4	(78.793)	(261.429)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	18.4.1	(354.532)	(93.985)
Pagamento de juros sobre debêntures	14.3	(24.929)	(32.062)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(229.057)	(172.875)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.498.150	1.779.108
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(301.878)	(549.137)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(301.878)	(549.137)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos de principal sobre empréstimos	13.4	(675.000)	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(359.771)	(514.104)
Pagamento de dividendos	16.1	(210.082)	(477.082)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	18.4.1	(917.600)	(229.487)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.162.453)	(1.220.673)
(Redução)/ aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(966.181)	9.298
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.133.627	1.124.329
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		167.446	1.133.627
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(966.181)	9.298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	2.961.839	3.063.153
	2.961.839	3.063.153
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia comprada e encargos de uso da rede	(320.606)	(734.654)
Materiais e serviços de terceiros	(118.428)	(111.719)
Outros custos operacionais	(18.706)	(21.596)
	(457.740)	(867.969)
Valor adicionado bruto	2.504.099	2.195.184
Depreciação e amortização	(479.621)	(474.025)
Valor adicionado líquido produzido	2.024.478	1.721.159
Equivalência patrimonial	(433)	(628)
Outras receitas financeiras	709.188	770.803
Valor adicionado recebido em transferência	708.755	770.175
Valor adicionado total a distribuir	2.733.233	2.491.334
Pessoal		
Remuneração direta	42.008	44.932
Benefícios	17.673	15.651
FGTS	3.480	3.779
Provisão para gratificação (bônus)	502	-
Participação nos resultados	7.944	7.323
	71.607	71.685
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	97.654	129.161
Estaduais	646	8
Municipais	36.049	78.361
	134.349	207.530
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	3.067	2.581
Outras despesas financeiras	2.043.140	1.265.235
	2.046.207	1.267.816
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	380.000	467.000
	380.000	467.000
Outros		
Lucros / prejuízos retidos	101.070	477.303
	101.070	477.303
Valor adicionado distribuído	2.733.233	2.491.334

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupiá e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016.

O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupiá e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

Contrato de Concessão ANEEL	Usina	Tipo	Número de UGs	UF	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Garantia física (MW médio) ¹	Início da concessão	Vencimento da concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE - Hidrelétrica	14	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE - Hidrelétrica	20	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046
						4.995,2	2.620,7		

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual com vencimento em julho, cujo reajuste em 2020 foi de 6,84%. Nos termos do contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação, obedece ao percentual de 70%, podendo a companhia comercializar o 30% restante no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme mencionado na nota 2.6.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.546.794, principalmente em virtude das amortizações dos empréstimos *intercompany* e do empréstimo mantido junto ao Banco Mitsubishi. E está planejada a emissão de uma debênture para o ano de 2021 para recomposição dos níveis de endividamento. A companhia postergou a emissão de 2020 em virtude do cenário desfavorável do mercado financeiro em meio a pandemia.

A administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupiá em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupiá auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização, mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

Conforme definido pela portaria MME nº 352/2019, no dia 28/08/2020 foi publicado o Despacho da Aneel nº 2.482 acrescentando 3,2 MWmédios a garantia física da UHE Jupiá, relativos as Unidades Geradoras (UGs) 2 e 6, passando de 886,0 MWmédios para 889,2 MWmédios.

1.3. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

A Medida Provisória nº 998 publicada em setembro de 2020 foi aprovada em forma de lei de conversão pela Câmara dos Deputados em 17 de dezembro. Com o recesso parlamentar, a expectativa é que ela seja votada pelo Senado próximo ao seu prazo de validade, que é dia 09 de fevereiro. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética para a Conta de Desenvolvimento (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados.

A implantação do Preço de Energia Horário ocorreu em duas fases: A primeira etapa da implantação ocorreu em 2020 na programação e operação do Operador Nacional do Sistema (ONS) para realizar a programação de operação do sistema, enquanto apenas em 2021 foi implantado o PLD Horário pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na contabilização do Mercado de Curto Prazo.

O Projeto de Lei 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto Original do PLS 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MP 998/2020 – convertida em Lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

1.4. Fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida no início desta década causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Em consequência disso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Em 13 de agosto de 2020 foi votado o Projeto de Lei (PL) 3.975/2019, convertido na Lei de nº 14.052, de 09 de setembro de 2020. O texto votado apresenta diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

A Aneel reconheceu, através da Resolução Normativa nº 895/2020 que resultou da Consulta Pública 056/2020, o direito de ressarcimento (extensão da concessão) às usinas cotistas – o prazo de extensão da outorga deverá ser apurado com a garantia física da usina totalmente disponível para comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ao tempo em que efetuava consulta pública, a CCEE efetuou divulgação de dados preliminares referentes à extensão dos contratos de concessão. Nessa divulgação preliminar não constaram os dados das usinas cotistas, como é o caso da Companhia, que apenas tiveram o direito confirmado após a consulta pública e a regulamentação final da Aneel para, em seguida, encaminhar regulamentação para a CCEE providenciar os cálculos. Uma vez que a determinação dos valores para as usinas cotistas envolve informações fora do controle da Companhia, não foi possível estimar, com razoável segurança, os valores relativos à Companhia para submeter à aprovação do Conselho de Administração, ainda no exercício de 2020. O processamento das informações e sua divulgação ocorreu em 2021, conforme nota explicativa nº 31.2 que trata de eventos subsequentes.

1.5. COVID – 19

1.5.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

A Companhia se organizou para proteger seus colaboradores e minimizar os impactos negativos nas suas atividades. Montou Comitê Executivo Multidisciplinar para acompanhar as questões e protocolou na Aneel o Plano de Contingência Operacional para os Centro de Operação da Geração (COGs) e Usinas da CTG Brasil – COVID 19, entre outras ações.

Para suas atividades administrativas adotou trabalho remoto e na área de operação e manutenção (O&M) das Usinas, tomou medidas para a redução máxima da circulação de pessoas pelas instalações, através da implantação do isolamento dos times, em turnos e em áreas específicas, garantindo assim a segurança de seus colaboradores, a regularidade da operação e o atendimento às recomendações das autoridades de vigilância sanitária.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, que resultaram em poucos e pontuais acordos, estruturados de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas, sem interrupções ou descontinuidade relevantes observadas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes ao desempenho de suas operações e

nem em seus fluxos de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos tempo de suas equipes e recursos financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração da atividade econômica no mercado Nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandaram grande esforço da Administração para minimizar seus impactos, principalmente no que diz respeito a desvalorização do Real em relação ao Dólar, em razão da dívida mantida na moeda estrangeira. (pela controlada Rio Paraná).

Embora os resultados sejam positivos até o momento, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e sem mensuração segura, inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.5.2.Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela Resolução Normativa nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

São esperados outros desdobramentos dos efeitos da pandemia no Setor que ultrapassam a esfera das concessionárias de distribuição, mas não completamente conhecidos no momento. Dessa forma, a Aneel emitiu o Ofício Circular nº 006/2020, no sentido de uniformizar a análise dos pleitos relacionados a excludente de responsabilidade nos casos de atraso no cronograma de implantação dos empreendimentos de geração.

Caso a medida provisória venha a expirar sem a aprovação do Senado, caberá ao Congresso editar um decreto legislativo regulamentando os efeitos que foram produzidos enquanto a MP esteve válida.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 30, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis regulatórias, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7)
- ii. Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 9)
- iii. *Impairment*
- iv. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 15)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2020, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2020	2019
Ativo	322	1.627
Passivo	2.137	1.991
Passivo a descoberto	(1.815)	(364)

A Rio Paraná, respalda da sua controlada Rio Paraná Eclusas S/A e continuará honrando com os compromissos contratuais assumidos. Além disso, com a assinatura do aditivo solicitado pelo DNIT em dezembro de 2020 a expectativa de recebimento aumentou consideravelmente com a efetivação das liquidações, a controlada pretende solucionar todas as questões envolvendo os débitos existentes junto ao DNIT. A partir da efetivação dos recebimentos, estariam endereçadas as questões envolvendo o CCL negativo e a reversão de toda a provisão para liquidação duvidosa constituída desde o ano de 2019.

Em paralelo, a Companhia acompanha a situação do processo licitatório iniciado pelo DNIT, para definir questões relativas à continuidade ou não das atividades da Rio Paraná Eclusas.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL (nota explicativa nº 12.1.2).

3.3. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (*stock option*).

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020 não geraram impactos nas demonstrações contábeis.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas, que são despachadas conforme comandos dados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Os impactos que podem ser causados pela situação hidrológica incluem a flutuação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) chamado de Ajuste de Garantia Física – Generation Scaling Factor (GSF), fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através da estratégia de contratação de energia, a fim de obter uma maior proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de caixa e equivalentes de caixa para a sua operação.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo CDI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 18.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE, cujo risco é a inadimplência dos agentes participantes. Na falta de pagamento de um dos agentes a inadimplência é rateada entre os que possuem direito na liquidação.

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1ª	1	Variação DI + 1,05% ao ano	-	7.161	128.104	124.231	259.496
Debêntures	1ª	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	-	16.134	16.830	332.165	365.129
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	11.645	703.728	715.778	696.881	2.128.032
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	-	-	4,29% + Dólar	-	737.037	649.714	1.973.724	3.360.475
				11.645	1.464.060	1.510.426	3.127.001	6.113.132

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2020 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide notas explicativas 13 e 14).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 15.

4.5. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, empréstimos e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2020 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os próximos 12 meses:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação provável do indexador	2020	Cenário Provável
Ativo financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	1,98%	167.365	3.314
			167.365	3.314
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	4,80	(3.625.933)	288.667
Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	1,98%	(2.025.562)	(49.467)
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	1,98%	(239.476)	(7.314)
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	3,99%	(260.581)	(27.074)
			(6.151.552)	204.812
Total da exposição líquida			(5.984.187)	208.126

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e da sua Controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos, debêntures e financiamentos, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2020	2019
Empréstimos	13	2.025.562	2.701.631
Debêntures	14	500.057	487.476
Partes relacionadas	18	3.625.934	3.605.579
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(167.446)	(1.133.627)
Dívida Líquida		5.984.107	5.661.059
Patrimônio líquido		6.784.445	6.683.375
Total do capital		12.768.552	12.344.434
Índice de alavancagem financeira - (%)*		46,9	45,9

* Dívida líquida / total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 23).

5.1. Composição

	2020	2019
Caixas e bancos	81	104
Aplicações financeiras	167.365	1.133.523
Certificado de depósito bancário (CDB)	167.365	1.133.523
	167.446	1.133.627

A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa se deve ao pagamento de principal e juros referente ao contrato de empréstimo com partes relacionadas conforme a nota explicativa 18.4.1.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	2020	2019
A-1	-	97.607	3
B	BR-1	8.145	907.998
-	BR-1	61.694	225.626
		167.446	1.133.627

6. Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

Os valores referentes às contas a receber de clientes da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

	A vencer Até 90 dias	2020	2019
Contratos - ACR	227.738	227.738	220.053
Contratos bilaterais - ACL	82.649	82.649	74.257
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	172.587	172.587	78.825
	482.974	482.974	373.135

O aumento do saldo de contas a receber referente a energia de curto prazo (MRE/MCP) se deve a judicialização no setor.

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referentes aos contratos bilaterais e de leilão são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentada por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfolio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating interno	2020		2019	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	2,3	1.876	0,5	355
2 - Bom	31,1	25.683	90,4	67.108
3 - Satisfatório	57,3	47.334	4,1	3.029
4 - Regular	9,4	7.756	5,1	3.765
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	82.649	100,0	74.257

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista sofrerem impactos considerados temporais, além de os agentes envolvidos serem passivos de possíveis desligamento do sistema, com isso o risco de PECLD é praticamente nulo. Em função disso a administração entende que não cabe classificação interna para essa modalidade de comercialização.

7. Tributos a recuperar/recolher e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis regulatórias. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

O método de contabilização do passivo diferido do imposto de renda e contribuição social é determinado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações contábeis regulatórias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

7.1. Tributos a recuperar / recolher

	2020	2019
	Circulante	Circulante
Ativo		
Pis e Cofins a recuperar	2.258	-
ICMS	2.104	1.016
Outros	256	-
	4.618	1.016
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher do período	210.875	119.836
PIS e COFINS a recolher do mês	-	17.830
IRRF sobre juros sobre capital próprio	-	70.050
Outros	2.108	6.182
	212.983	213.898

Em 2020 foram reconhecidos os valores de Pis e Cofins a recuperar sobre aquisições de imobilizado, aplicados na modernização das usinas.

7.2. Tributos diferidos

	2020			2019		
	IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Participação nos lucros e resultados	1.943	699	2.642	2.114	761	2.875
Variação cambial	211.942	76.299	288.241	54.047	19.457	73.504
Provisões	1.606	578	2.184	1.302	469	1.771
Contingências	5.150	1.854	7.004	38.019	13.687	51.706
	220.641	79.430	300.071	95.482	34.374	129.856
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	-	-	-	(41.906)	(15.085)	(56.991)
Juros sobre depósito vinculado	(15.492)	(5.577)	(21.069)	(12.557)	(4.520)	(17.077)
	(15.492)	(5.577)	(21.069)	(54.463)	(19.605)	(74.068)
Imposto diferido líquido	205.149	73.853	279.002	41.019	14.769	55.788

8. Depósitos judiciais

	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	466.070
Variações monetárias	11.738
Adições	12
Saldos em 31 de dezembro de 2020	477.820

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofre atualização pela taxa SELIC.

9. Imobilizado

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do resultado das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

9.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2020			2019
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração					
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	0,1%	739.542	(715.252)	24.290	26.986
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	0,0%	438.419	(436.097)	2.322	2.408
Máquinas e Equipamentos	1,7%	967.137	(508.584)	458.553	412.579
Veículos	13,6%	5.811	(2.137)	3.674	3.368
Móveis e Utensílios	8,1%	2.148	(664)	1.484	469
		2.182.319	(1.691.996)	490.323	445.810
Administração					
Máquinas e equipamentos	14,9%	194	(80)	114	631
		194	(80)	114	631
Subtotal (AIS)		2.182.513	(1.692.076)	490.437	446.441
Em Curso					
Geração					
Outros		632.465	-	632.465	430.272
		632.465	-	632.465	430.272
Subtotal (AIC)		632.465	-	632.465	430.272
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)		2.814.978	(1.692.076)	1.122.902	876.713

9.2. Movimentação do ativo imobilizado

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Geração									
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	743.461	-	(3.919)	-	739.542	(3.919)	(715.252)	24.290	26.986
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	438.419	-	-	-	438.419	-	(436.097)	2.322	2.408
Máquinas e Equipamentos	919.212	-	(33.290)	95.754	981.676	62.464	(523.123)	458.553	412.579
Veículos	4.719	-	(131)	1.228	5.816	1.097	(2.142)	3.674	3.368
Móveis e Utensílios	1.048	-	-	1.189	2.237	1.189	(753)	1.484	469
	2.136.121	-	(37.340)	98.171	2.196.952	60.831	(1.706.629)	490.323	445.810
Administração									
Máquinas e Equipamentos	819	-	(486)	-	333	(486)	(219)	114	631
	819	-	(486)	-	333	(486)	(219)	114	631
Subtotal (AIS)	2.136.940	-	(37.826)	98.171	2.197.285	60.345	(1.706.848)	490.437	446.441
Ativo Imobilizado em Curso									
Geração									
Outros	430.272	300.364	-	(98.171)	632.465	202.193	-	632.465	430.272
	430.272	300.364	-	(98.171)	632.465	202.193	-	632.465	430.272
Subtotal (AIC)	430.272	300.364	-	(98.171)	632.465	202.193	-	632.465	430.272
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)	2.567.212	300.364	(37.826)	-	2.829.750	262.538	(1.706.848)	1.122.902	876.713

9.3. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

Adições ao Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Total
A ratear	-	10.591	37.511	13.947	62.049
Em curso					
Adiantamento a Fornecedores	(27.932)	-	-	-	(27.932)
Outros Modernização	252.509	-	-	-	252.509
Outros	13.738	-	-	-	13.738
	238.315	-	-	-	238.315
Total	238.315	10.591	37.511	13.947	300.364

9.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2020 NO. 1041864751 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.691
2	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2020 NO. 1041864753 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.691
3	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2019 NO. 1041864749 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.599
4	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2019 NO. 1041864742 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.597
5	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2019 NO. 1044864748 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.597
6	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2019 NO. 1041864747 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	6.597
7	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2017 NO. 1041864746 (NÚCLEO-PARTE ATIVA)	5.402
8	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2020 NO. 1041864751 (TANQUE DE ÓLEO)	2.078
9	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO WEG 14,4/440KV 205MVA FB.2020 NO. 1041864753 (TANQUE DE ÓLEO)	2.078
10	PAINEL REGULADOR DE TENSÃO E VELOCIDADE FAB REIVAX SN 19PNL002	2.059

9.5. Principais desativações (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	ESTACAO DE PSICULTURA	1.955
2	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
3	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
4	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
5	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
6	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
7	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
8	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
9	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925
10	TRANSFORMADOR DE FORÇA; ANTERIOR ATE 14,	925

9.6. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada dágua	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Transformadores de Força	2,86%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

9.7. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de

8 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

10.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.2. Bônus de outorga

Constituída com base no valor pago pela Companhia, nos termos da lei 12.783/2013, originado pelo edital de leilão nº 12/2015 (E-1 e E-2), e está sendo amortizado mensalmente pelo prazo da outorga (Despachos ANEEL nº 245/2016 e nº 3.371/2016).

10.3. Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização	2020			2019
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Geração					
Bônus de Outorga	3,3%	13.803.752	(2.300.625)	11.503.127	11.963.252
Softwares	17,2%	2.797	(1.055)	1.742	999
		13.806.549	(2.301.680)	11.504.869	11.964.251
Administração					
Softwares	19,1%	3.708	(2.986)	722	1.137
		3.708	(2.986)	722	1.137
		13.810.257	(2.304.666)	11.505.591	11.965.388

10.4. Movimentação do intangível

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2020	Valor Líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(2.300.625)	11.503.127	11.963.252
Softwares	1.575	-	-	1.222	2.797	1.222	(1.055)	1.742	999
	13.805.327	-	-	1.222	13.806.549	1.222	(2.301.680)	11.504.869	11.964.251
Administração									
Softwares	3.415	-	-	292	3.707	292	(2.985)	722	1.137
	3.415	-	-	292	3.707	292	(2.985)	722	1.137
Subtotal AIS	13.808.742	-	-	1.514	13.810.256	1.514	(2.304.665)	11.505.591	11.965.388
Ativo Intangível em Curso									
Geração									
Outros	-	1.514	-	(1.514)	-	-	-	-	-
	-	1.514	-	(1.514)	-	-	-	-	-
Subtotal (AIC)	-	1.514	-	(1.514)	-	-	-	-	-
Total do Ativo intangível	13.808.742	1.514	-	-	13.810.256	1.514	(2.304.665)	11.505.591	11.965.388

11. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.1. Composição

	2020	2019
	Circulante	Circulante
Suprimento de energia elétrica	4.362	46.082
Materiais e serviços contratados	33.152	37.764
Encargos de uso da rede elétrica	44.618	42.695
Tust	44.618	42.695
	82.132	126.541

A variação na linha de suprimento de energia elétrica se atribui a melhor estratégia de sazonalização da garantia física e comercialização de energia do ano, com uma exposição menor, não houve a necessidade de compra de energia como em dezembro de 2019.

12. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

12.1. Composição

	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	19.253	-	19.253	18.916	-	18.916
P&D	21.486	44.020	65.506	10.375	42.663	53.038
TFSEE	4.586	-	4.586	658	-	658
	45.325	44.020	89.345	29.949	42.663	72.612

12.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas

à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

12.1.2.1. Composição do P&D

	2020			2019
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.394	-	2.394	2.284
MME	1.196	-	1.196	1.141
P&D	-	61.916	61.916	49.613
	3.590	61.916	65.506	53.038

12.1.2.2. Movimentação do P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.284	1.141	49.613	53.038
Constituições	12.834	6.417	12.834	32.085
Juros	-	-	1.157	1.157
Recolhimentos	(12.724)	(6.362)	-	(19.086)
Realizações	-	-	(1.688)	(1.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.394	1.196	61.916	65.506
<hr/>				
Circulante	2.394	1.196	17.896	21.486
Não circulante	-	-	44.020	44.020

12.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

13.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi (Banco), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passou a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscientos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

13.2. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2020				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	2019				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000
			675.000	1.631	676.631	2.025.000	2.025.000

13.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2022	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	675.000	1.350.000

13.4. Movimentação da dívida

Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.701.631
Apropriação de juros	77.724
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(78.793)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.025.562

Em junho de 2020 foi realizado pagamento de principal e em março, junho, setembro e dezembro o pagamento dos juros sobre o principal.

13.5. Características dos contratos de empréstimos

Instituição/linha credora	Data próximo Pgto. Juros	Frequencia Pgto. Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Adimplente	Data da ¹Captação / ²Repactuação	Tipo de garantia
Tokyo - Mitsubishi UFJ	29/03/2021	Trimestral	29/06/2021	29/06/2023	Sim	2 - 27/06/2018	-

13.6. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

As cláusulas restritivas aplicadas são:

13.6.1. Covenants Financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, o Grupo deverá manter o índice de “Dívida Financeira Líquida Consolidada” sobre o EBITDA, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal, com base nas informações societárias.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

	2020	2019
Ebitda	2.826.518	2.351.711
Dívida líquida	5.984.107	5.661.059

Índice financeiro	Limites	2020	2019
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	2,1	2,4

Os valores apresentados no covenant, tomam como base os números societários

13.6.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

14. Debêntures

As debêntures, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debentures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é deferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

14.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2020		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2019		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(663)	239.337
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	8.139	248.139
				480.000	7.476	487.476

14.2. Movimentação

	1 ^a Emissão		Total
	Série 1	Série 2	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	239.337	248.139	487.476
Capitalização de custos de transação	343	1.131	1.474
Capitalização de juros	9.142	15.673	24.815
Capitalização de variação monetária	-	11.221	11.221
Pagamento de juros	(9.346)	(15.583)	(24.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	500.057

14.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2022	2023	2024	2025	Total
Debêntures	118.049	118.726	131.311	131.971	500.057

14.4. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.4.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura Pública de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

	2020	2019
Ebitda	2.409.122	2.085.565
Dívida líquida ajustada (*)	2.358.173	2.055.480
Dívida total ajustada (*)	2.525.619	3.189.107
Capital Social	6.649.017	6.649.017
Resultado financeiro ajustado	308.041	357.349

Índice financeiro	Limites	2020	2019
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior 2,0	7,82	5,84
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,98	0,99
Dívidal total / (Divida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,28	0,32

(*) o valor não considera a dívida junto a partes relacionadas.

14.4.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R\$ 72 milhões;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – “Investidores” – “Informação para investidores”.

15. Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refletia as avaliações

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

15.1. Provisões para riscos

15.1.1. Composição

	2020	2019
Trabalhistas	174	-
Regulatórias	156.264	152.376
Ambientais	816	690
	157.254	153.066
Circulante	816	690
Não Circulante	156.438	152.376

15.1.2. Movimentação

	Trabalhistas	Ambientais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	690	152.376	153.066
Provisões / reversões	169	-	-	169
Variações monetárias	5	126	4.274	4.405
Acordos / pagamentos	-	-	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	174	816	156.264	157.254

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, o que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Ambientais

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer ajuizada pela CESP em face da Rio Paraná e da CTG Brasil, na qual se discute a assunção da gestão do zoológico. A Rio Paraná e a CESP negociaram acordo que contemplou a assunção da administração e manutenção do zoológico e o reembolso das despesas incorridas com ele a partir de 01 de julho de 2016. O acordo foi homologado em 04 de novembro de 2019. A Companhia assumiu a gestão do zoológico no dia 2 de janeiro de 2020.

O depósito de R\$ 5.000 realizado no processo foi integralmente levantado pela CESP. Por conta do acordo celebrado o risco de perda atribuído ao processo passou de possível para provável, sendo que o saldo remanescente do valor envolvido no caso é de R\$ 816 em 31 de dezembro de 2020.

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

15.2. Contingências possíveis

	2020	2019
Trabalhistas	11.854	9.545
Fiscais	478.578	466.796
Ambientais	1.063.095	865.781
Cíveis	3.920	3.380
	1.557.447	1.345.502

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a (i) ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados; (ii) cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação ; (iii) manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório; (iv) supostos prejuízos causados aos pescadores. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:

- 523 Ações Civis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal (“MPF”) de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação: i) recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”); ii) a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes); iii) pagamento de indenização pelos danos ambientais irrecuperáveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal de Andradina em 12/06/2018 onde se pleiteia que: (1) a Rio Paraná mantenha a gestão do Centro de Conservação de Fauna Silvestre de Ilha Solteira; e, (2) o IBAMA se abstenha de substituir as condicionantes das Licenças de Operação” das UHE Jupiá e Ilha Solteira relativas à manutenção e pleno funcionamento do CCFS pela execução do Programa do Corredor Ecológico. Em audiência as partes solicitaram a suspensão do processo para iniciar as tratativas de acordo. Em 11/11/2020 foi firmado acordo entre a Rio Paraná e o MPF com delimitação de prazo para manutenção e gestão do CCFS além das atividades relacionadas ao centro de triagem de animais silvestres. O acordo ainda aguarda homologação judicial.

A chance de perda da Companhia, segundo a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível e o valor envolvido no caso é de R\$ 10.995.

- Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIA em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em 2018, foi proferida decisão de primeira instância, julgando o processo em desfavor da Confederação. A Confederação reverteu a decisão em sede de tribunal, tendo o processo retornado à Vara de origem para reinício da fase de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ, que ainda aguarda julgamento.

A chance de perda da Companhia de acordo com a avaliação de seus assessores legais é considerada como possível. O valor atualizado é de R\$ 1.044.757, considerando dezembro de 2020.

b) Fiscais

- Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativa com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pelos advogados da Companhia como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2020 é de R\$ 477.786.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 11.854. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia por empregados terceirizados, bem como arquivamento de algumas ações no período.

16. Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias.

	Saldos em 2019	Dividendos pagos	Saldos em 2020
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	210.082	(210.082)	-
	210.082	(210.082)	-

17. Juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado. A distribuição é feita para os acionistas da Companhia sendo reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias quando aprovados.

	Saldos em 2019	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldos em 2020
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	264.634	215.334	(99.999)	379.969
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	342.087	107.666	(259.772)	189.981
	606.721	323.000	(359.771)	569.950

18. Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2020	2019
Benefícios de curto prazo para administradores	4.074	3.674
Benefícios pós-emprego	152	134
	4.226	3.808

18.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

- Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.756/2018.
- Contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756/2018.

	2020		2019	
	Passivo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	4.068	-	3.781	-
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	2.138	-	2.838	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	370	-	355	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	621.592	3.004.342	809.281	2.796.298
	628.168	3.004.342	816.255	2.796.298

18.3. Resultado

	2020				2019			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(45.580)	-	(45.580)	-	(41.838)	-	(41.838)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(29.700)	-	-	(29.700)	(39.319)	-	-	(39.319)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.511)	(4.511)	-	-	(4.324)	(4.324)
	(29.700)	(45.580)	(4.511)	(79.791)	(39.319)	(41.838)	(4.324)	(85.481)

18.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L, seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2020 em dólar foi de R\$ 5,1967, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

18.4.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.605.579
Pagamento de principal	(917.600)
Pagamento de juros	(354.532)
Apropriação de juros	265.049
Variação cambial	1.027.438
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.625.934

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2020 e 2019		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

19.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

19.3. Destinação do lucro do exercício

O valor de dividendos, juros sobre o capital próprio e da reserva legal é calculado tomando-se como base o resultado societário. Sendo assim por não haver saldo regulatório na conta de lucros acumulados, o total remanescente foi transferido para o grupo de Proventos Excedentes.

	2020	2019
Lucro do Exercício	527.196	944.303
Proventos Excedentes	(90.428)	235.896
Reserva legal	(56.768)	(82.953)
Dividendos	-	(630.246)
Juros sobre o capital próprio - JSCP	(380.000)	(467.000)
	-	-

19.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas a Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente

	2020	2019
Lucro líquido do exercício regulatório	527.196	944.303
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	608.165	259.668
Lucro líquido do exercício societário	1.135.361	1.203.971
Constituição da Reserva legal	56.768	60.199
Base de cálculo dos dividendos	1.078.593	1.143.772
Distribuições		
Dividendos	-	630.246
JSCP distribuído	380.000	467.000
	380.000	1.097.246
Distribuições mínimas obrigatória (25%)	269.648	285.943
Distribuições adicionais	110.352	811.303

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

Deliberações das distribuições:

Deliberação	Provento	Montante	Valor por ação
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	380.000	0,00005
AGE de 30/12/2019	Juros sobre capital próprio	467.000	0,00007
AGE de 29/10/2019	Dividendo	468.946	0,00007
AGE de 01/07/2019	Dividendo	161.300	0,00002

20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

20.1. Reconhecimento da receita

20.1.1. Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

20.1.2. Receita de geração pelo regime de alocação de Cotas

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

20.1.3. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

20.2. Receita operacional bruta (Energia elétrica vendida)

Receita Bruta	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$ Mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (quotas)	56	54	15.285.594	15.568.672	2.683.760	2.589.385
ACL - Ambiente de contratação Livre	37	26	5.438.673	6.879.627	894.058	943.365
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	440.256	352.620	131.132	65.159
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	999.951	842.697	12.386	10.423
	93	80	22.164.474	23.643.616	3.721.336	3.608.332

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

20.3. Energia comprada para revenda

	2020		2019	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	512.470	128.071	1.674.969	405.484
Mercado de curto prazo (MCP)	84.342	23.327	72.289	18.835
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	185.197	3.441	412.675	5.942
(-) Crédito de PIS	-	(3.228)	-	(6.463)
(-) Crédito de COFINS	-	(14.868)	-	(29.768)
	782.008	136.743	2.159.933	394.030

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre que está exposta aos efeitos do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

20.4. Encargos de uso da rede elétrica

	2020	2019
TUST	474.254	451.412
TUSD	8.843	6.315
Encargos de conexão	145	148
(-) Crédito de PIS	(7.948)	(7.515)
(-) Crédito de COFINS	(36.608)	(34.614)
	438.686	415.746

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

21. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

	2020			2019
	De operação	Gerais e administrativas	Total	Total
Gerenciáveis				
Pessoal e administradores	66.234	16.367	82.601	84.080
Material de manut edif obras civis benfeitorias	778	-	778	407
Material de manut máquinas e equipamentos	5.950	-	5.950	5.149
Materiais e ferramentas de trabalho	304	-	304	844
Material para meio ambiente	118	-	118	161
Material - Outros	5.337	54	5.391	5.954
Serviços de terceiros - Consultorias	6.025	2.002	8.027	6.300
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	2.843	-	2.843	2.442
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	1.979	78	2.057	1.719
Serviços de terceiros - Meio ambiente	9.971	-	9.971	5.321
Serviços de terceiros - Energia elétrica	46	-	46	57
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	45.580	45.580	41.838
Serviços Manutenção	20.067	115	20.182	27.744
Serviços de terceiros - Outros	11.343	5.854	17.197	13.693
Depreciação	18.213	96	18.309	13.006
Amortização	460.589	723	461.312	461.019
Seguros	7.757	223	7.980	8.318
Aluguéis e arrendamentos	952	1.879	2.831	2.464
Outros	4.699	7.476	12.175	14.072
	623.205	80.447	703.652	694.588

22. Custos e despesas de benefícios a empregados

Pessoal e administradores	2020	2019
Remuneração	41.476	45.312
Outros benefícios	16.772	13.331
Encargos	14.536	16.174
Previdência privada	1.873	1.939
Participação nos lucros e resultados	7.944	7.324
	82.601	84.080

23. Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos e partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2020	2019
Receitas		
Variação cambial ativa	664.959	668.869
Aplicações financeiras	29.559	71.207
Juros sobre depósito judicial	11.738	24.668
Outras	1.415	2.461
	707.671	767.205
Despesas		
Juros sobre empréstimos	(77.724)	(260.098)
Juros sobre partes relacionadas	(265.049)	(183.591)
Variação cambial passiva	(1.692.397)	(809.538)
Variação monetária	(4.193)	(8.535)
Outras	(3.787)	(3.461)
	(2.043.150)	(1.265.223)
	(1.335.479)	(498.018)

24. Apuração do imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019				
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	593.589			1.112.894		
Aliquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(148.397)	(53.423)	(201.820)	(278.224)	(100.160)	(378.384)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Equivalência de controladas	(108)	(39)	(147)	(157)	(57)	(214)
Despesas indedutíveis	(2.862)	(1.031)	(3.893)	(370)	(133)	(503)
Juros sobre capital próprio	95.000	34.200	129.200	116.750	42.030	158.780
Doações Incentivadas	9.161	-	9.161	(1.913)	(689)	(2.602)
Incentivos fiscais	920	-	920	8.463	-	8.463
Contraprestações IFRS 16	(5)	(2)	(7)	(29)	(10)	(39)
Outros	24	-	24	26	(10)	16
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(46.267)	(20.295)	(66.562)	(155.454)	(59.029)	(214.483)
IRPJ e CSLL correntes	244.313	91.591	335.904	187.145	70.428	257.573
IRPJ e CSLL diferidos	(198.046)	(71.296)	(269.342)	(31.691)	(11.399)	(43.090)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	46.267	20.295	66.562	155.454	59.029	214.483
Ajustes Correntes - Períodos Anteriores	(174)	5	(169)	-	-	-
Ajustes Diferidos - Períodos Anteriores	-	-	-	(33.680)	(12.212)	(45.892)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	46.093	20.300	66.393	121.774	46.817	168.591
Aliquota efetiva	7,8%	3,4%	11,2%	14,0%	5,3%	19,3%

25. Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2020	2019
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Acionistas controladores	351.482	629.567
Acionistas não controladores	175.714	314.736
	527.196	944.303
Denominador (Média ponderada em lote de mil ações)		
Acionistas controladores	4.676.217	4.676.217
Acionistas não controladores	2.338.109	2.338.109
	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ação, em reais		
Acionistas controladores	0,07516	0,13463
Acionistas não controladores	0,07516	0,13463

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

26. Instrumentos financeiros

26.1. *Instrumentos financeiros*

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

26.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações contábeis regulatórias, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de

custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

26.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

26.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.2. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

26.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Nota	2020		2019	
				Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros							
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	5	81	81	104	104
Aplicações Financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	5	167.365	167.365	1.133.523	1.133.523
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	Nível 2	6	482.974	482.974	373.135	373.135
Depósito judicial	Custo amortizado	Nível 2		477.820	477.820	466.070	466.070
				1.128.159	1.128.159	1.972.728	1.972.728
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	11	82.132	82.132	126.541	126.541
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	12	89.345	89.345	72.612	72.612
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	18	3.632.510	3.632.510	3.612.553	3.612.553
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	13	2.025.562	2.025.562	2.701.631	2.701.631
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	14	500.057	554.396	487.476	557.639
Juros sobre o capital próprio - JSCP	Custo amortizado	Nível 2	17	569.950	569.950	606.721	606.721
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	16	-	-	210.082	210.082
				6.899.556	6.953.895	7.817.616	7.887.779

A companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2020 e 2019. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

27. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2020 a 04/08/2021	2.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2020 a 04/08/2021	150.000
Lucro cessante	04/08/2020 a 04/08/2021	966.092
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2019 a 04/08/2021	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2019 a 08/12/2020	150.000
Risco cibernético	08/09/2020 a 08/09/2021	30.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

28. Compromissos

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028 e comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046.

29. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade

	2020			
	Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	3.721.336	-	-	3.721.336
Receita	3.721.336	-	-	3.721.336
Tributos				
Pis-Pasep	(61.332)	-	-	(61.332)
Cofins	(282.498)	-	-	(282.498)
ICMS	(4.251)	-	-	(4.251)
	(348.081)	-	-	(348.081)
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(32.086)	-	-	(32.086)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(118.792)	-	-	(118.792)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE	(13.795)	-	-	(13.795)
	(164.673)	-	-	(164.673)
Receita operacional líquida	3.208.582	-	-	3.208.582
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia comprada para revenda	(136.794)	51	-	(136.743)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(438.686)	-	-	(438.686)
	(575.480)	51	-	(575.429)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.633.102	51	-	2.633.153
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal	(82.601)	-	-	(82.601)
Material	(12.541)	-	-	(12.541)
Serviços de terceiros	(105.903)	-	-	(105.903)
Depreciação e amortização	(479.621)	-	-	(479.621)
Seguros	(7.980)	-	-	(7.980)
Alugueis	(2.831)	-	-	(2.831)
Outros	(13.799)	-	1.624	(12.175)
	(705.276)	-	1.624	(703.652)
Resultado da atividade	1.927.826	51	1.624	1.929.501
Equivalência patrimonial	-	-	(433)	(433)
Resultado financeiro				
Receitas	707.671	-	-	707.671
Despesas	(2.043.150)	-	-	(2.043.150)
	(1.335.479)	-	-	(1.335.479)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	592.347	51	1.191	593.589
Despesas com impostos sobre os lucros	(66.393)	-	-	(66.393)
Lucro líquido do exercício	525.954	51	1.191	527.196

	2019			
	Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Suprimento de energia elétrica	3.601.695	6.637	-	3.608.332
Receita	3.601.695	6.637	-	3.608.332
Tributos				
Pis-Pasep	(59.106)	(110)	-	(59.216)
Cofins	(272.249)	(504)	-	(272.753)
ICMS	(10.092)	-	-	(10.092)
	(341.447)	(614)	-	(342.061)
Encargos - Parcela "A"				
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(31.109)	-	-	(31.109)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(111.506)	-	-	(111.506)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE	(7.752)	-	-	(7.752)
	(150.367)	-	-	(150.367)
Receita operacional líquida	3.109.881	6.023	-	3.115.904
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"				
Energia comprada para revenda	(388.132)	(5.898)	-	(394.030)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(415.746)	-	-	(415.746)
	(803.878)	(5.898)	-	(809.776)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.306.003	125	-	2.306.128
Custos gerenciáveis - Parcela "B"				
Pessoal	(84.080)	-	-	(84.080)
Material	(12.515)	-	-	(12.515)
Serviços de terceiros	(99.114)	-	-	(99.114)
Depreciação e amortização	(474.025)	-	-	(474.025)
Seguros	(8.318)	-	-	(8.318)
Alugueis	(2.464)	-	-	(2.464)
Outros	(18.831)	-	4.759	(14.072)
	(699.347)	-	4.759	(694.588)
Resultado da atividade	1.606.656	125	4.759	1.611.540
Equivalência patrimonial	-	-	(628)	(628)
Resultado financeiro				
Receitas	767.205	-	-	767.205
Despesas	(1.265.223)	-	-	(1.265.223)
	(498.018)	-	-	(498.018)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.108.638	125	4.131	1.112.894
Despesas com impostos sobre os lucros	(168.591)	-	-	(168.591)
Lucro líquido do exercício	940.047	125	4.131	944.303

30. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

30.1. Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo	Nota	2020			2019			
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário	
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa		167.446	-	167.446	1.133.627	-	1.133.627	
Concessionárias e permissionárias	1	482.974	(85.345)	397.629	373.011	(83.563)	289.448	
Tributos a recuperar		4.618	-	4.618	1.016	-	1.016	
Despesas antecipadas		6.099	-	6.099	6.193	-	6.193	
Serviços em curso		17.896	-	17.896	6.950	-	6.950	
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	1.286.701	1.286.701	-	1.500.699	1.500.699	
Outros créditos		9.784	-	9.784	1.134	-	1.134	
Total do ativo circulante		688.817	1.201.356	1.890.173	1.521.931	1.417.136	2.939.067	
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	124	-	124	
Ativo financeiro vinculado à concessão	2	-	9.290.512	9.290.512	-	8.658.545	8.658.545	
Despesas antecipadas		781	-	781	649	-	649	
Impostos diferidos	3	279.002	(279.002)	-	55.788	(55.788)	-	
Depósitos Judiciais		477.820	-	477.820	466.070	-	466.070	
		757.603	9.011.510	9.769.113	522.631	8.602.757	9.125.388	
Imobilizado	2	1.122.902	(1.111.794)	11.108	876.713	(866.340)	10.373	
Intangível	2	11.505.591	(5.173.620)	6.331.971	11.965.388	(5.566.717)	6.398.671	
Total do ativo não circulante		13.386.096	2.726.096	16.112.192	13.364.732	2.169.700	15.534.432	
Total do ativo		14.074.913	3.927.452	18.002.365	14.886.663	3.586.836	18.473.499	
Passivo e patrimônio líquido		Nota	2020			2019		
			Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	
Circulante								
Fornecedores			82.132	-	82.132	126.541	-	126.541
Provisões para grandes reparos	5	-	67.135	67.135	-	174.737	174.737	
Partes relacionadas			628.168	-	628.168	816.255	-	816.255
Encargos setoriais			45.325	-	45.325	29.949	-	29.949
Empréstimos			675.562	-	675.562	676.631	-	676.631
Salários, provisões e contribuições sociais			19.740	-	19.740	18.228	-	18.228
Juros sobre o capital próprio - JSCP			569.950	-	569.950	606.721	-	606.721
Dividendos			-	-	-	210.082	-	210.082
Tributos a recolher			212.983	-	212.983	213.898	-	213.898
Provisões para riscos			816	-	816	690	-	690
Outras obrigações	4	935	1.316	2.251	-	480	1.047	1.527
Total do passivo circulante			2.235.611	68.451	2.304.062	2.699.475	175.784	2.875.259
Não circulante								
Encargos setoriais			44.020	-	44.020	42.663	-	42.663
Empréstimos			1.350.000	-	1.350.000	2.025.000	-	2.025.000
Debêntures			500.057	-	500.057	487.476	-	487.476
Provisões para grandes reparos	5	-	1.389.292	1.389.292	-	1.639.478	1.639.478	
Partes relacionadas			3.004.342	-	3.004.342	2.796.298	-	2.796.298
Impostos diferidos	3	-	703.116	703.116	-	613.048	613.048	
Provisões para riscos			156.438	-	156.438	152.376	-	152.376
Outras obrigações	4	-	4.969	4.969	-	5.067	5.067	
Total do passivo não circulante			5.054.857	2.097.377	7.152.234	5.503.813	2.257.593	7.761.406
Total do passivo			7.290.468	2.165.828	9.456.296	8.203.288	2.433.377	10.636.665
Patrimônio líquido		6						
Capital social			6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Reserva Legal			327.022	-	327.022	270.254	-	270.254
Reserva de lucros			-	1.570.030	1.570.030	-	917.563	917.563
Prejuízos acumulados			(191.594)	191.594	-	(235.896)	235.896	-
Total do patrimônio líquido			6.784.445	1.761.624	8.546.069	6.683.375	1.153.459	7.836.834
Total do passivo e patrimônio líquido			14.074.913	3.927.452	18.002.365	14.886.663	3.586.836	18.473.499

30.2. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2020			2019		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Suprimento de energia elétrica	1	3.721.336	(270.637)	3.450.699	3.608.332	(271.578)	3.336.754
Outorga	2	-	686.825	686.825	-	536.913	536.913
Receita		3.721.336	416.188	4.137.524	3.608.332	265.335	3.873.667
Tributos							
Pis-Pasep		(61.332)	-	(61.332)	(59.216)	-	(59.216)
Cofins		(282.498)	-	(282.498)	(272.753)	-	(272.753)
ICMS		(4.251)	-	(4.251)	(10.092)	-	(10.092)
		(348.081)	-	(348.081)	(342.061)	-	(342.061)
Encargos - Parcada "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(32.086)	-	(32.086)	(31.109)	-	(31.109)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(118.792)	-	(118.792)	(111.506)	-	(111.506)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TSEE		(13.795)	-	(13.795)	(7.752)	-	(7.752)
		(164.673)	-	(164.673)	(150.367)	-	(150.367)
Receita operacional líquida		3.208.582	416.188	3.624.770	3.115.904	265.335	3.381.239
Custos não gerenciáveis - Parcada "A"							
Energia comprada para revenda		(136.743)	-	(136.743)	(394.030)	-	(394.030)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(438.686)	-	(438.686)	(415.746)	-	(415.746)
		(575.429)	-	(575.429)	(809.776)	-	(809.776)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.633.153	416.188	3.049.341	2.306.128	265.335	2.571.463
Custos gerenciáveis - Parcada "B"							
Pessoal e administradores		(82.601)	-	(82.601)	(84.080)	-	(84.080)
Material		(12.541)	-	(12.541)	(12.515)	-	(12.515)
Serviços de terceiros		(105.903)	-	(105.903)	(99.114)	-	(99.114)
Depreciação e amortização	3	(479.621)	227.372	(252.249)	(474.025)	223.121	(250.904)
Seguros		(7.980)	-	(7.980)	(8.318)	-	(8.318)
Alugueis	4	(2.831)	1.627	(1.204)	(2.464)	1.329	(1.135)
Outros	7	(12.175)	-	(12.175)	(14.072)	17	(14.055)
		(703.652)	228.999	(474.653)	(694.588)	224.467	(470.121)
Resultado da atividade		1.929.501	645.187	2.574.688	1.611.540	489.802	2.101.342
Equivalência patrimonial		(433)	-	(433)	(628)	-	(628)
Resultado financeiro	5 e 7						
Receitas		707.671	-	707.671	767.205	3.598	770.803
Despesas		(2.043.150)	276.264	(1.766.886)	(1.265.223)	(100.081)	(1.365.304)
		(1.335.479)	276.264	(1.059.215)	(498.018)	(96.483)	(594.501)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		593.589	921.451	1.515.040	1.112.894	393.319	1.506.213
Despesas com impostos sobre os lucros	6	(66.393)	(313.286)	(379.679)	(168.591)	(133.651)	(302.242)
Lucro líquido do exercício		527.196	608.165	1.135.361	944.303	259.668	1.203.971

30.3. Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste

30.3.1. Balanço Patrimonial

Em 2020 a Rio Paraná apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societário:

1. Concessionárias e permissionárias

O Retorno da Bonificação pela Outorga da Concessão (RBO), é uma das parcelas que compõem a Receita Anual de Geração (RAG) e, refere-se a uma parcela de retorno associada à bonificação oferecida pela Outorga, conforme definido no Anexo 03 do Contrato de Concessão da Companhia (Regime de alocação de cotas da garantia física de energia e potência). O ajuste é decorrente do registro no livro societário, de RBO, a crédito da conta de concessionárias e permissionárias em contrapartida com a conta de resultado (suprimento de energia), representado em 2020 pelo montante de R\$ 85.345 (R\$ 83.563 em 2019).

2. Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

	Regulatório	Transferências	Ajustes	Societário
Imobilizado	1.122.902	(1.111.794)	-	11.108
Intangível	11.505.591	1.111.794	(6.285.414)	6.331.971

No imobilizado o ajuste é decorrente de bens adquiridos após a assinatura do contrato de concessão que, de acordo com o IFRIC 12, no societário são considerados ativo intangível e não ativo imobilizado.

No intangível a empresa apresentou os seguintes ajustes inerentes a diferença de normas entre regulatório e societário:

	Ajustes
Ativo Financeiro	10.577.213
Atualização do ativo financeiro	(3.774.982)
Provisão para grandes reparos	(1.456.427)
Reembolso de outorga	2.290.375
Diferenças de taxa de depreciação	(1.211.165)
Outros	(139.600)
	6.285.414

Outorga

Os ajustes de outorga são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada conforme ICPC 01 e IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível.

	Ativo financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2019	10.159.244	4.156.959	14.316.203
Amortização	-	(159.882)	(159.882)
Juros e atualização monetárias	1.429.643	-	1.429.643
Principal	(744.600)	-	(744.600)
Liquidação de ativos financeiros	(268.856)	-	(268.856)
Atualização do Retorno da Bonificação pela Outorga	1.782	-	1.782
Saldo societário em 31 dezembro 2020	10.577.213	3.997.077	14.574.290
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2019	-	11.963.252	11.963.252
Amortização	-	(460.125)	(460.125)
Saldo regulatório em 31 dezembro 2020	-	11.503.127	11.503.127
Societário x regulatório	10.577.213	-	3.071.163

3. Imposto diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos à outorga e provisão de projetos para grandes reparos.

4. Outras obrigações – IFRS 16

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. A ANEEL não emitiu orientação definitiva sobre o IAS 17/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), sendo assim não há efeitos para fins regulatórios.

5. Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado no societário, no montante de R\$ 1.456.427 (R\$ 67.135 no passivo circulante e R\$ 1.389.292 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias, para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e referem-se à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia, reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

Para fins regulatórios, os ativos são reconhecidos conforme custo incorrido, e não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Nas demonstrações contábeis regulatórias não existe esse tipo de provisão.

6. Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado entre o regulatório e societário, que em 2020 representa um aumento de R\$ 608.165 e em 2019 um aumento de R\$ 259.668.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2020	2019
Patrimonio líquido societário	8.546.069	7.836.834
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	2.290.375	2.019.738
Atualização do ativo financeiro	(3.774.982)	(3.088.157)
Diferença nas taxas de depreciação	(1.211.165)	(983.793)
IFRS 16 - Contratos de locação	(2.956)	(1.329)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	(45.014)	231.250
Tributos sobre os ajustes	982.118	668.832
	(1.761.624)	(1.153.459)
Patrimonio líquido regulatório	6.784.445	6.683.375

30.3.2. Demonstração do Resultado

1. Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios são reconhecidos no resultado ao invés de baixa de ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga (baixa do recebível).

2. Outorga

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados no societário.

3. Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização da base regulatória (ANEEL) para a base societária. A taxa de depreciação e amortização utilizada, são as determinadas pela ANEEL.

4. Aluguéis

Refere-se a amortização da contabilização do direito de uso no societário (IFRS 16) e a despesa de aluguel reconhecido no regulatório.

5. Resultado financeiro

Os ajustes em receitas e despesas financeiras são decorrentes do efeito AVP (ajuste a valor presente) da provisão para grandes reparos registrados no societário.

6. Despesas com impostos sobre o lucro

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

7. Reclassificações gerais

Refere a reclassificações para melhor apresentação do resultado.

30.4. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2020	2019
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.135.361	1.203.971
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	270.637	271.578
Atualização do ativo financeiro	(686.825)	(536.913)
	(416.188)	(265.335)
Nos custos gerenciáveis		
Diferença nas taxas de depreciação	(227.372)	(223.121)
IFRS 16 - Contratos de locação	(1.627)	(1.329)
Reclassificações gerais	-	(17)
	(228.999)	(224.467)
No resultado financeiro		
Reclassificações gerais	-	(3.598)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	(276.264)	100.081
	(276.264)	96.483
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	313.286	133.651
	313.286	133.651
Lucro líquido regulatório	527.196	944.303

31. Eventos subsequentes

31.1. *Protocolo Classe B*

Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2020, em 23 de outubro de 2020 a Rio Paraná Energia S.A. fez pedido de registro com Companhia aberta na categoria "B" nos termos do artigo 21 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais") e a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480").

Em 23 de novembro de 2020 a CVM em seu ofício de nº 1144392 solicitou apresentação de novos documentos à Companhia. O ofício foi atendido com a apresentação dos documentos solicitados em 17 de fevereiro de 2021. Em 02 de março de 2021, a CVM encaminhou o Ofício informando o deferimento do pedido de registro efetuado pela Companhia.

31.2. *Extensão do contrato de concessão*

De acordo com a lei nº 14.052, devidamente regulamentada pela resolução Aneel 895/2020 (conforme nota explicativa nº 1.4), em 02 de março de 2021 a CCEE divulgou a apuração efetiva dos valores a serem resarcidos às usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos "não hidrológicos" no mercado livre. Esses valores seguem agora para validação pela Aneel, portanto sujeitos ainda a alguma alteração, que tem 30 dias para homologação dos cálculos.

A partir da homologação pela Aneel, a Companhia submeterá a matéria para aprovação em Reunião de Conselho de Administração.

Tendo como base os cálculos disponibilizados pela CCEE, a Rio Paraná poderá registrar em 2021 um acréscimo de R\$ 147,9 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá.

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Hong Qin
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor